

REVISTA DE SEGUROS

• ECONOMISTA ZEINA
LATIF AVALIA DESAFIOS
PARA PAÍS AVANÇAR

• METAVERSO: NOVA
TECNOLOGIA TEM POTENCIAL
PARA ALAVANCAR O SEGURO

• VIABILIZAÇÃO DE CARROS
ELÉTRICOS DEPENDE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS



DESGLOBALIZAÇÃO
ENTRA NO RADAR DAS CADEIAS
DE PRODUÇÃO



06

ENTREVISTA

A economista Zeina Latif fala sobre seu livro “Nós do Brasil – Nossa herança e nossas escolhas”, lançado no início do ano, e critica equívocos do País ao optar por modelos econômicos que emperram seu desenvolvimento.



28

MOVIMENTO MIGRATÓRIO

Dados da ONU revelam o aumento contínuo do número de migrantes nas últimas cinco décadas. A migração hoje envolve 3,6% da população global e é três vezes maior que a registrada em 1970.



20

CARROS ELÉTRICOS

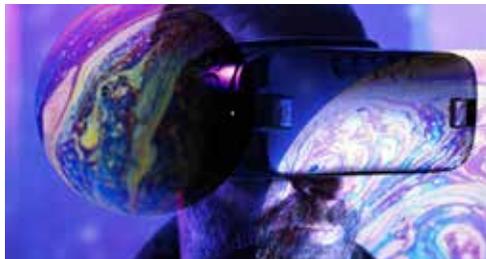
Brasil estimulou a compra de veículos sem tecnologia ou eficiência energética e poderá ficar para trás na corrida pelos carros do futuro, caso não implemente uma política nacional de eletromobilidade.



32

SECA NO SUL

A despeito da maior estiagem da história registrada no Sul, a carteira de seguros de Transportes cresceu nos três Estados da região, que demonstram recuperação após um começo de ano difícil.



12

DESGLOBALIZAÇÃO

Questões geopolíticas e a reconfiguração de cadeias produtivas que dependam menos dos países asiáticos podem representar um retorno ao passado e levar à “desglobalização” da economia mundial.

16

COMMODITIES

O conflito no Leste Europeu agravou o choque das *commodities*, pressionou inflação e impactou juros e PIB da economia brasileira, mas beneficia algumas culturas agrícolas e o setor petrolífero.

24

TECNOLOGIAS DIGITAIS

Novas tecnologias digitais modificaram o comportamento da sociedade, configurando um cenário que exige discussões ética e regulatória sobre os novos instrumentos e seu impacto no mundo do trabalho.

36

SECURITIZAÇÃO

Aprovação da lei que estabelece o marco regulatório das securitizadoras terá forte impacto no mercado segurador. Segundo o Governo, o instrumento vai ajudar a diminuir um gargalo grande para o setor.



Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

1º VICE-PRESIDENTE

Ivan Luiz Gontijo Junior

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade, Edson Luis Franco, Manoel Antonio Peres e Marcio Coutinho Teixeira de Carvalho

VICE-PRESIDENTES

Ricardo Bottas Dourado dos Santos e Luciano Snel Corrêa

DIRETOR-PRESIDENTE

Dyogo Oliveira

DIRETORES

Eduard Folch Rue, Eduardo Nogueira Domeque, Eduardo Stefanello Dal Ri, Erika Medici Klaffke, Felipe Costa da Silveira Nascimento, Francisco Alves de Souza, Helder Molina, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski, Marcelo Malanga, Patricia Andrea Freitas Vélloso dos Santos, Patricia Chacon Jimenez, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão, Pedro Pereira de Freitas, Ullisses Christian Silva Assis

REVISTA DE SEGUROS

Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

EDITORA-CHEFE

Carla Simões - Jornalista 27138

EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Vagner Ricardo

EDITORA DE IMAGEM

Cláudia Mara Alcon dos Santos

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Leal, Carla Simões, Dyogo Oliveira, Genildo Lins, Glauce Carvalho e Solange Beatriz Mendes

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

André Felipe de Lima, Chico Santos, Cesar Tartaglia, Fernanda Thurler, Jorge Clapp, Mário Moreira e Michel Alecrim e Vagner Ricardo

FOTOGRAFIA

Helio Montferre, arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens Google e divulgação de empresas.

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Maicon Silva

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários
Por conta da pandemia do novo coronavírus, essa edição não será impressa.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Conheça a Conjuntura CNseg

.....

Análise mensal que avalia aspectos econômicos, políticos, sociais que podem influenciar o Setor Segurador Brasileiro.

Acesse, leia e faça download de todas as edições.

cnseg.org.br



OS PASSOS DO SETOR EM MEIO A RISCOS CADA VEZ MAIS COMPLEXOS

Reflexões instigantes estão presentes nesta edição da Revista de Seguros e não só limitadas à matéria de capa, sobre as perspectivas da desglobalização. O que se constata, até aqui, é que há um freio de arrumação a caminho da economia global, após a desorganização das cadeias de insumo provocada pela pandemia e, mais recentemente, por tensões geopolíticas, tendo a invasão da Ucrânia pela Rússia como um case emblemático. Muitos setores acenam, sim, com uma rede de fornecedores locais ou regionais para escapar da enorme dependência de insumos fabricados em países asiáticos, notadamente na China. O Brasil pode se beneficiar do quadro de reorganização das cadeias globais, tendo em vista sua proximidade com os mercados americano e da União Europeia.

Antes, será preciso reconhecer os próprios erros e não repeti-los. Nesse sentido, vale conferir a entrevista da economista Zeina Latif, autora do livro “Nós do Brasil – Nossa herança e nossas escolhas”, lançado pela Editora Record. Ela mergulha numa investigação sobre as raízes de alguns dos nós que emperram o desenvolvimento do País. Avalia escolhas econômicas

equivocadas, erros de gestão de políticas públicas ou no campo da educação pública.

Há outros temas relevantes que todos precisam ter no radar, principalmente gestores públicos e privados. A migração internacional, que tende a se intensificar nas próximas décadas com o envelhecimento da população mundial, deverá produzir um vaivém de trabalhadores e gargalos de profissionais naquelas economias sem políticas azeitadas de atração de estrangeiros. Será um fator limitante da produtividade, dependendo do lado que os países estiverem no fiel da balança — exportador ou importador de migrantes — nas próximas décadas.

As novas tecnologias continuam a produzir surpresas, como as chamadas plataformas imersivas. A mais recente, o metaverso, cria um novo mercado de bens imateriais e estimula o uso das criptomoedas. Trata-se de uma tecnologia com grande potencial de aproveitamento no setor de seguros, ao lado de outras, como o *big data* ou a Inteligência Artificial.

A corrida sem linha de chegada da inovação reclama um novo olhar dos gestores públicos. Exemplo disso é a fabricação de carros elétricos. Sem uma política nacional de eletromobilidade, como as já desenhadas nas principais

economias do mundo, o Brasil corre o risco de tornar sua indústria automotiva cada vez menos competitiva e desconectada das cadeias produtivas globais. A era de carros mais limpos exige investimentos para manter mais de 40 fábricas no País e preservar 1,3 milhão de empregos diretos e indiretos na cadeia automotiva.

Os impactos do marco da securitização e seus benefícios para o setor segurador também são tratados nesta edição. A securitização assegura novas fontes de diversificação dos financiamentos, ampliando a participação nos negócios de grandes riscos pelas seguradoras e resseguradoras.

O comportamento das *commodities* no mercado global é tema de outra reportagem. Segundo estudo do Banco Mundial, o choque de alimentos e combustíveis pode perdurar até 2024, agravando o risco de estagflação global. Já os efeitos práticos das mudanças climáticas estão materializados na matéria que detalha a pior estiagem da história enfrentada pelo Rio Grande do Sul. Uma seca de custos elevados para os produtores gaúchos e de pagamentos bilionários de indenizações a cargo de seguradoras.

Boa leitura!

“A EDUCAÇÃO É O PONTO NEVRÁLGICO DO BRASIL”

Contenciosos econômicos, sociais e políticos acumulados ao longo do tempo legaram ao Brasil um custo que se dimensiona pelos tímidos índices históricos de crescimento *per capita*. Diversos fatores prendem o País ao atraso – desde modelos econômicos centrados em virtuais monoculturas (café, cana-de-açúcar), passando pelo longo ciclo escravocrata e, coroando equívocos, opções no âmbito da educação e de outras demandas sociais mal resolvidas.

Desse caldo decorreu, segundo a economista Zeina Latif, uma modesta performance do País no seu arco de desenvolvimento: de 1900 a 2019, a média de crescimento *per capita* do Brasil foi de meros 2%. Pior: longe de lançar a pedra do otimismo, ao menos aos olhos da realidade política e econômica atual, a trajetória brasileira indica que, nas décadas mais recentes, esse índice caiu pela metade. É um indicador preocupante, prin-

cipalmente se comparado ao desempenho de outros países de perfil semelhante.

Em seu livro “Nós do Brasil – Nossa herança e nossas escolhas”, que recém-lançado pela Editora Record, ela investiga as raízes de alguns dos nós que emperram o desenvolvimento do País. Além de equivocadas opções por modelos econômicos, Zeina analisa criticamente os erros na gestão de políticas públicas e na educação pública:

“A educação é o ponto nevrálgico do Brasil. Demorou muito para o País começar a investir no setor. E aí me refiro à Educação Básica. E, quando começa a investir, o faz de forma muito lenta e nem sempre da forma correta, o que implicaria, entre outras coisas, uma coordenação efetiva da União com prefeituras e estados.

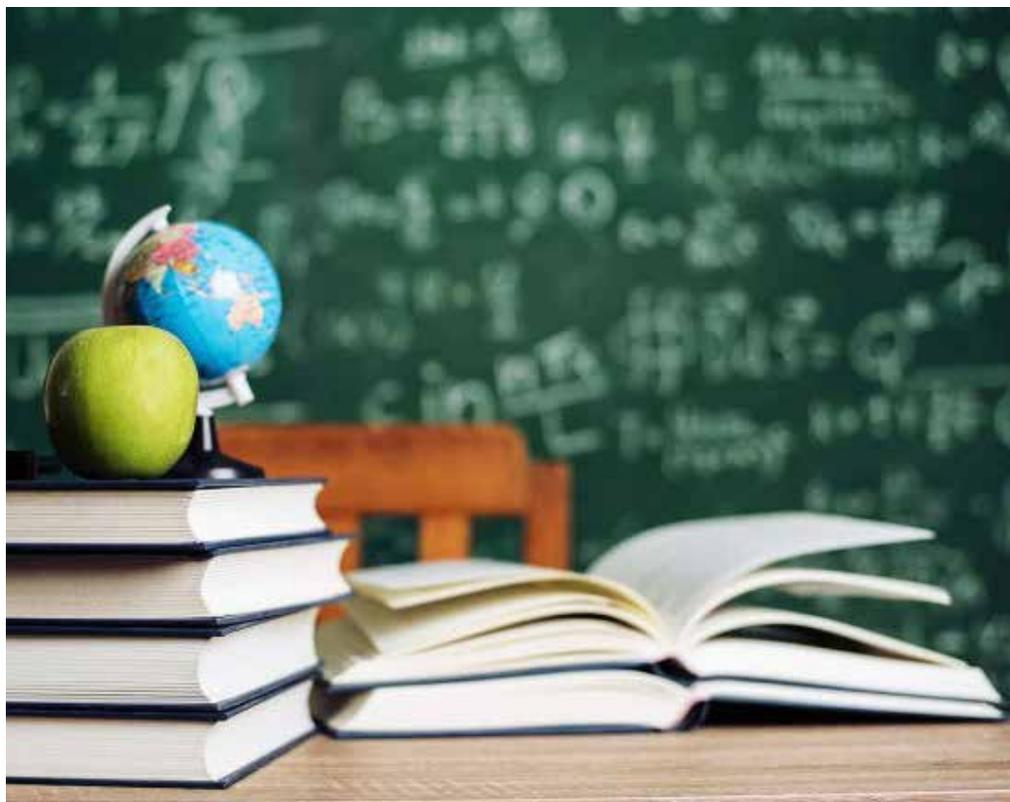
Doutora em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, Zeina Latif teve uma passagem celebrada no mercado, como economista-chefe de instituições como o BBVA, HSBC Asset Management e XP Investi-

mentos. Em 16 de maio, ela tomou posse como secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

A seguir, os principais trechos da entrevista que ela concedeu com exclusividade à *Revista de Seguros*.

Ainda que o País tenha começado com o pé esquerdo, dá para ter algum grau de otimismo em relação ao futuro?

É difícil traçar cenários. No final do livro, eu abordo alguns elementos que abrem uma janela para um otimismo cauteloso. Por si só, a taxa de crescimento de 2% não é a parte mais terrível. À luz do que outros países já superaram era de se esperar uma performance melhor. A questão é o quanto há de oscilação e, em especial, a performance muito preocupante das últimas décadas. O Brasil cresceu menos que a América Latina, cujos números já não são grande coisa. Estamos crescendo muito pouco.



Dá para levar em consideração os saltos, ainda que pontuais, que o Brasil tem dado?

Eu discuto um conceito do Banco Mundial, que é o da armadilha da renda média. Argumenta-se que o Brasil deixou de ser uma nação pobre para se tornar um país de renda média. Mas o Brasil apenas replicou o receituário de países que optaram pela experiência de base estatal, obviamente acompanhada do aumento da carga tributária, com o agravante de que os caminhos tomados tiveram como consequência crises inflacionárias. Não basta fazer intervenções estatais diretas. É preciso ter um pouco mais de sofisticação, porque o País precisa do setor privado que, por sua vez, precisa de um ambiente de negócios favorável. É preciso que o Estado cumpra bem o seu papel. E foi aí que não conseguimos dar o salto.

E onde o Estado entra deveria levar em conta a questão do gerenciamento, certo?

Quando olhamos as discussões de uma forma geral, sempre se fala que é preciso gastar mais em Educação, em Saúde e em Ciência e Tecnologia. Mas não se discute a qualidade do gasto público, ou se discute muito pouco. Até é aceitável que se gaste mais, desde que o gasto resulte em política pública eficaz.

Seria uma questão a ser resolvida no âmbito da regulação?

Nós temos regulação para tudo no Brasil. Muitas vezes são regras bem-intencionadas, mas que provocam mais distorção e confusão que benefícios. Tudo bem, a intervenção de uma forma geral permitiu ao País, por um tempo, dar um salto tanto no marco jurídico quanto no gasto público, só que não o suficiente para um crescimento sustentado, para sair de fato dessa armadilha.

“Não basta fazer intervenções estatais diretas. É preciso ter um pouco mais de sofisticação, porque o País precisa do setor privado que, por sua vez, precisa de um ambiente de negócios favorável.”



“Não se trata apenas de ter órgãos e academias pesquisando, mas de traduzir isso em agenda política. E aí está o grande nó. É preciso ter maior participação social para que as demandas da sociedade se traduzam em agenda política.”

Qual seria o caminho?

A reavaliação de políticas públicas passa por uma questão de Governo, de levantar os dados e tal, mas a engrenagem é mais complexa. No fundo, isso passa pela política. Não se trata apenas de ter órgãos e academias pesquisando, mas de traduzir isso em agenda política. E aí está o grande nó. É preciso ter maior participação social para que as demandas da sociedade se traduzam em agenda política. Mas como dar esse pulo no nosso sistema político? Por outro lado, há coisas que precisamos valorizar, pois são as sementes para termos uma agenda mais ambiciosa. Já retomamos uma agenda de reformas. Também já temos uma classe média um pouco mais participativa, que reclama um setor público que funcione melhor. É uma classe média ainda incipiente, mas é para ser considerada.

Haveria outras razões para otimismo?

Nós vemos hoje – não digo em relação à eleição de agora – um ambiente de maior concorrência na política. Há lideranças surgindo, que podem não ter maturidade agora, mas é um ca-

minho que estamos trilhando. A política não está totalmente estagnada. Há também uma melhora do debate público. Por décadas, vimos uma discussão muito limitada à visão nacional-desenvolvimentista, de intervenção estatal. Hoje já não é bem assim. Já há um discurso mais liberal.

Dentro desse conceito de aproximar o País de uma agenda mais liberal e em vista do que tem sido implementado nos últimos anos, o que a senhora veria como positivo e o que poderia ser mais aprofundado no quadro de reformas?

Retomamos a agenda de reformas a partir do Governo Temer. Entre a crise do mensalão e o início daquele governo foram dez anos sem reformas. Foi um acerto dar ênfase à questão fiscal – e não foi à toa que tivemos por um bom tempo taxas de juros baixas. Os políticos entenderam que era imperioso fazer a Reforma da Previdência, por exemplo. Temos visto a aprovação no Congresso de agendas importantes de marcos regulatórios setoriais. Cito o exemplo clássico do saneamento.

A senhora vê essas agendas como programas de Governo?

Muitas são fruto, na verdade, de pressões do setor privado, no sentido de diminuir o custo Brasil, melhorar o ambiente de negócios e permitir mais investimentos. O fato de as agendas de marco regulatório terem avançado já diz algo sobre a disposição do setor privado de pressionar por elas.

Onde estão as maiores falhas no setor público relacionadas às agendas reclamadas pelo País?

Há uma falha grande na questão fiscal. Passada a Reforma da Previdência, a agenda fiscal não só não avançou – na questão tributária, na reforma administrativa – como estagnou. Bolsonaro está entregando um país, do ponto de vista institucional e do regime fiscal, pior do que ele recebeu. Houve abusos na cláusula de escape do teto de gastos. Claro, houve a pandemia, era preciso enfrentar as demandas, mas houve excessos.

“Há uma falha grande na questão fiscal. Passada a Reforma da Previdência, a agenda fiscal não só não avançou – na questão tributária, na reforma administrativa – como estagnou.”



“Historicamente, o Ensino Básico nunca foi uma bandeira. Os indicadores de qualidade na educação mostram que o problema maior está no Ensino Médio. É aí que todas as deficiências das fases anteriores ficam gritantes.”

A senhora aborda o que seriam pontos de não retorno, no sentido da degradação dos indicadores do País. Quais seriam alguns deles?

Eu “roubei” esse termo da área ambientalista e o trouxe para a questão social. No fundo, é o seguinte: está bom, avançamos, mas num movimento muito acidentado e lento. E aí corremos o risco de ter pontos de não retorno. O País vai formando gerações despreparadas para o mercado de trabalho, e isso agrava índices de criminalidade. Há meninas ficando grávidas precocemente, mão de obra qualificada indo embora. É preocupante ter gerações inteiras à margem da sociedade, porque gera uma dinâmica muito perversa.

Nesse aspecto, a senhora enfatizaria o nó da Educação?

Sempre houve alertas quanto à necessidade de o País investir em Educação. Até mesmo a literatura econômica já avançou sobre isso. Historicamente, o Ensino Básico nunca foi uma bandeira. Ela entrou na agenda da Constituição, mas na prática não

conseguimos a universalização. Ainda há muitos jovens fora das escolas. Muitos desistem no meio do caminho. E quem continua na escola não sai preparado para a vida. Os indicadores de qualidade na Educação mostram que o problema maior está no Ensino Médio. É aí, nesse degrau, que todas as deficiências das fases anteriores ficam gritantes.

A senhora fala em avanços. Onde situaria algumas dessas fases mais fecundas?

No período de Fernando Henrique na Presidência, houve uma construção institucional incrível – com erros, claro, mas a construção institucional foi positiva, no geral. Agora, estamos vendo uma confusão institucional muito forte entre os Poderes. O Brasil está uma bagunça, em grande parte reflexo da falta de liderança do Poder Executivo. Quando o Presidente está fraco alguém ocupa seu espaço, o que está sendo feito pelo Congresso. Disso decorre a perda do controle da agenda econômica. E o canal de diálogo com o Judiciário também fica comprometido.

E compromete o horizonte do País externamente, principalmente em áreas sensíveis como o meio ambiente, o desafio de mudanças climáticas, conjuntura econômica em geral adversa...

Li recentemente um artigo analisando a chance de o Brasil ingressar na OCDE. Porque temos tido avanços, e esse é um pleito justo. Não acho que o Governo esteja totalmente alheio a isso. Mas o artigo observa que lideranças lá fora acentuam que aqui há pontos de tensão, como a questão ambiental e a descrença da sociedade nas instituições. Como o País vai ingressar no organismo, se não faz o dever de casa em questões cruciais, como a política ambiental, e se a própria sociedade não confia nas suas instituições? Precisamos retomar uma agenda republicana. E isso passa pela questão política, que se agrava com o fracasso do atual Governo. Acredito que o maior nó atualmente é o da política, no sentido de traduzir as demandas da sociedade e trazê-las para a discussão de uma agenda com resultados positivos. A reforma política é uma pré-condição para avançar nas demandas econômicas.

REINDUSTRIALIZAÇÃO DOMÉSTICA: RETORNO ÀS FRONTEIRAS DO PASSADO?

Tensões geopolíticas e movimentos focados na configuração de cadeias produtivas menos dependentes da Ásia podem promover a “desglobalização” da economia mundial

O espetacular crescimento chinês a partir da década de 1980, turbinado pela concentração no país asiático e em seu entorno de grande parte dos componentes da produção industrial do Ocidente – fenômeno preponderante do que ficou conhecido como globalização das cadeias produtivas – despertou progressivamente reações das categorias profissionais mais afetadas na América do Norte e na Europa.

Especialmente a partir do início deste século, como situa o economista Renato Baumann, coordenador de Intercâmbio e Cooperação Internacional do Ipea, essas reações serviram de estopim de tensões geopolíticas e de movimentos focados tanto na reindustrialização doméstica quanto na busca de uma configuração das cadeias menos dependentes da Ásia.

Esse processo lento tem sido percebido por parte dos analistas como um retorno às frontei-

ras econômicas passadas, daí nomeado como “desglobalização”. Outros, como Renato da Fonseca, superintendente de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), preferem chamá-la de “diversificação”, marcada pela realocação de parte da produção de componentes para países mais próximos ao destino final (*nearshore*) ou mais afinados historicamente (*friendlyshore*).

Fonseca avalia que a globalização pode até sair ampliada desse processo, embora ainda não se saiba como se refletirá na economia brasileira. Está claro, apenas, o lugar que o País já conquistou no comércio de *commodities* agrícolas e minerais. A atração de investimentos industriais mais espalhados dependeria do enfrentamento de problemas antigos que resultam no chamado “custo Brasil”, como tributação e logística.

Os dados macroeconômicos, por enquanto, não revelam o quanto a realocação global

pode beneficiar industrialmente o Brasil. A série histórica das Contas Nacionais do IBGE mostra que, de 2000 para 2021, a participação da agropecuária no valor adicionado passou de 5,5% para 8,1%, enquanto a da indústria caiu de 26,7% para 22,2%.

A fatia da indústria de transformação caiu no mesmo período de 15,3% para 11,3%. De 2020 para 2021, a participação da indústria como um todo no PIB passou de 20,5% para 22,2%, mas esse aumento se deu totalmente no segmento extrativo mineral. A fatia da indústria de transformação oscilou apenas 0,1 ponto percentual, de 11,2% para 11,3%.

O certo é que a pandemia da Covid 19, em um primeiro momento, e o ataque da Rússia à Ucrânia, consubstanciando em guerra e violência as tensões geopolíticas, aceleraram recentemente, de forma dramática, o rearranjo produtivo que se desenhava. O economista



João Carlos Ferraz, professor da UFRJ e ex-diretor do BNDES e especialista em Planejamento, acrescenta ao caldo em fermentação o processo de mudanças climáticas e sua influência na produção energética, obrigando a uma transição que agora tende a ser acelerada pelo conflito no Leste Europeu.

Ferraz avalia que o rearranjo econômico, qualquer que seja o nome a lhe ser dado, será suficientemente amplo para dar maior conforto aos países desenvolvidos do Ocidente, mas não radical a ponto de inverter os trilhões de dólares já investidos na China e na Ásia como um todo. A princípio, ele enxerga uma realocação de indústrias mais estratégicas dentro dos próprios países mais ricos do Ocidente. É o caso da distribuição bilionária de recursos não reembolsáveis entre os países europeus.

Somente a Espanha terá € 70 bilhões, sendo a maior parte para energias renováveis e tec-

nologias digitais, € 12 bilhões destinados a uma fábrica de microprocessadores. Outra vertente é o pacote de investimentos em infraestrutura e reindustrialização do presidente Joe Biden (EUA) que, mesmo podado em cerca de US\$ 1 trilhão pelo Congresso norte-americano, ainda terá US\$ 1,2 bilhão, sendo US\$ 550 bilhões em obras federais.

Em 2016, ao publicar o livro “Desglobalização – Crônica de Um Mundo em Mudança”, o economista e diplomata Marcos Troyjo, hoje presidente do NDB, o banco de desenvolvimento dos Brics, situou a gênese dos movimentos antiglobalização nas crises de 2008 do setor imobiliário dos Estados Unidos, e de 2011, das dívidas soberanas de países europeus como Grécia, Espanha, Itália e Portugal.

O plebiscito do Brexit, definindo a saída do Reino Unido da União Europeia, de 2016, teria sido o clímax da troca do que ele cha-

mou de “globalização profunda” por políticas nacionais mais individualizadas, com consequências ainda a serem planilhadas.

Baumann, do Ipea, resalta outro fenômeno resultante dos movimentos de resistência à globalização: a eleição em grande parte dos países de políticos conservadores em relação às instituições internacionais e à abertura ao comércio exterior. Ele não cita nomes, mas o caso mais emblemático foi a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos no mesmo 2016.

A freada brusca nos fluxos comerciais provocada pela pandemia e os *lockdowns* que ela desencadeou mundo afora trouxeram um choque de oferta a partir de 2020, que se aprofundou em 2021 com a retomada rápida em algumas regiões e com a guerra na Europa em 2022, e com ele um surto inflacionário sem precedente neste século, outro ingrediente na fervura da desglobalização. Linhas de produção foram



“Característica marcante nos estados nacionais com interesse de longo prazo na sua posição no cenário econômico é a de serem superpragmáticos.”

João Carlos Ferraz, UFRJ

paralisadas por falta de microprocessadores, elevando dramaticamente os preços.

O economista Luiz Roberto Cunha, professor da PUC-RJ e especialista em inflação, considera difícil tirar conclusões agora sobre os movimentos em curso, mas vê uma influência maior na produção de bens do que na de serviços e avalia que a inflação perto dos 12% que se instalou no Brasil é grave, mas tem menos impacto do que os 8% ou mais alcançados em economias acostumadas com preços mais estáveis, como a do Reino Unido e da Alemanha.

Cunha ressalta ainda a diferença entre o momento atual e a grande crise inflacionária dos anos 1970, provocada por dois choques dos preços do petróleo (1973 e 1979), tanto em amplitude inflacionária quanto nas taxas de juros adotadas como antídoto.

● ● ● O VIÉS CHINÊS

Na sua avaliação de como se transitou da máxima “toda abertura será bem-vinda” para a fase atual de rearranjos produtivos, Ferraz, da UFRJ, destaca que o embrião foi plantado no momento em que a China foi escolhida como o destino ideal para a concentração dos investimentos ocidentais na fabricação de insumos.

“Havia uma coincidência de interesses entre as duas partes: os países ricos queriam produzir mais, mais barato e com qualidade, e os chineses ofereciam essa possibilidade, mas sob as regras deles próprios”, explicou.

Em uma primeira etapa, foi o casamento perfeito. Ferraz lembra que a Apple, símbolo norte-americano da nova economia digital, chegou a se orgulhar de só fazer nos Estados

Unidos o marketing, a pesquisa e o design dos seus produtos.

O problema é que as regras chinesas prespunham aproveitar os trilhões de dólares recebidos em investimentos não só para exibir por três décadas taxas de crescimento econômico na casa dos dois dígitos, mas também para fazer a própria transição industrial e tecnológica. A consequência é que a China com suas empresas tecnológicas, como a Xiaomi e a Huawei, tornou-se uma concorrente, provocando movimentos defensivos do outro lado.

Foi o caso, por exemplo, da Alemanha, a partir de 2011, com a indústria 4.0, na origem, um movimento para fortalecer o processo de digitalização das empresas médias locais dos setores mecânico e químico, em que o país tem forte tradição, como alternativa para en-

frentar a concorrência internacional. A política incluía evitar a venda dessas empresas para investidores chineses.

“Característica marcante, para além desse debate muito ideologizado na academia sobre política industrial, nos estados nacionais com interesse de longo prazo na sua posição no cenário econômico é a de serem superpragmáticos”, analisa Ferraz.

O momento histórico de grande desenvolvimento tecnológico, com inovações disruptivas surgindo a todo momento, ajuda a compor o cenário dessa disputa que, destaca o professor da UFRJ, a pandemia e a guerra vieram potencializar. A guerra, para ele, coloca na cena maior dramaticidade quanto ao rumo que a disputa vai tomar.

“A indústria de seguros mostra que para tudo é possível fazer cálculos probabilísticos. O problema da guerra é que ela não é um evento probabilístico. Não se sabe até onde ela vai”, adverte.

Quanto à posição brasileira no que há de probabilístico nesse quadro, Ferraz avalia que, a princípio, ela está concentrada no agro, setor em que o País alcançou grau de excelência tecnológica, e na área energética, com as facilidades de exploração do potencial renovável, além do nicho da indústria aeronáutica com a Embraer.

Ele lembra que o Brasil possui um parque industrial relativamente sofisticado, com potencial forte na área de saúde e com um amplo espectro de empresas multinacionais instaladas no País. Como usar esse potencial para aproveitar o reposicionamento global e retomar uma política de desenvolvimento industrial que se perdeu no passado recente? “Vamos precisar ter estratégia”, resume.



INFLAÇÃO TEM SEQUELAS

O professor Cunha, da PUC-RJ, esclarece que o fato de a inflação rondando a casa dos 12% no Brasil ter menos impacto do que as taxas de 8% nos países de economias mais estáveis não significa que ela não tenha impacto. “É óbvio que a inflação tem um impacto forte na economia brasileira”, ressalta, e cita como exemplo o fato de a recuperação do emprego

não estar sendo acompanhada pela recuperação da renda. “A renda está caindo porque o aumento dos preços é maior do que o dos salários”, aponta.

Cunha disse que a complexidade do momento atual tem dificultado projetar o futuro porque os modelos de análise ficaram desatualizados, tornando difícil comparar o presente com o passado para fazer projeções. Mas ele entende que o Brasil tem alguma possibilidade de aproveitar o momento de transição da globalização econômica para ter algum ganho produtivo.

Ele cita palestra feita em abril deste ano pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, na qual ele avalia que o País poderá obter ganhos com a busca por redundâncias na produção e suprimento de insumos, destacando as áreas de alimentos e de energia.

Mas lamenta que o Brasil não venha conseguindo avançar em áreas estratégicas mesmo quando relacionadas com essa vocação para o setor de alimentos, como os fertilizantes. Cunha lembra que desde o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do regime militar, nos anos 1970, que se fala em superar a dependência externa de fertilizantes. “E dizer agora que o conflito no Leste Europeu nos deixou vulneráveis!”, pondera.

Em relação ao setor de seguros, Cunha avalia que ele poderá desempenhar papel estratégico no tabuleiro das próximas ações globais. E cita como exemplo o fato de estar sendo cogitado cobrar prêmios mais elevados na praça de Londres, o centro mundial da indústria de seguros, sobre os fretes marítimos entre a Rússia e a Ásia. “É uma tentativa de reforçar as sanções contra a economia russa e atrapalhar a estratégia de vender para China e Índia os produtos boicotados no Ocidente”, diz ele.



NOVO RENASCIMENTO

O economista-chefe da Funcex, Mário Cordeiro de Carvalho, compara o momento atual no mundo, na perspectiva do fim ainda não alcançado da pandemia da Covid 19, com o do Renascimento na Europa após a epidemia da Peste Negra, ou Peste Bubônica, que matou



“É uma tentativa (aumentar o valor dos seguros em Londres) de reforçar as sanções contra a Rússia e atrapalhar a estratégia de vender para China e Índia os produtos boicotados no Ocidente.”

Luiz Roberto Cunha, PUC-RJ

milhões de pessoas em meados do século 14.

Após a superação da Peste, a Europa entrou em um período de florescimento cultural, artístico e econômico, batizado de Renascimento, que durou até o século 16 e cujos resultados mais visíveis na área econômica foram as aberturas de novas rotas comerciais e o contato com terras até então desconhecidas dos europeus, o que lhes abriu novas possibilidades comerciais.

Na cronologia histórica, o Renascimento marca o fim da Idade Média e início da Era Moderna, caracterizada pelo Mercantilismo, espécie de globalização à europeia. Agora, Carvalho aponta que, para além dos enfrentamentos geopolíticos que já se desenrolavam, a pandemia, associada às



demandas geradas pelas mudanças climáticas, quebrou as rotas estabelecidas para o abastecimento “just in time” dos insumos industriais, alertando para a necessidade de novos desenhos das cadeias de suprimentos.

“Torna-se um ambiente mais complexo do ponto de vista empresarial porque eu tenho que olhar na minha fábrica o que eu tenho que fazer em termos de inovação e de produtos e processos para atender à demanda interna ou à demanda externa, considerando a jornada do consumidor e do investidor em termos de sustentabilidade”, avalia.

Segundo o economista, é um movimento novo que os exportadores e importadores brasileiros enfrentarão em um contexto no qual o número de empresas exportadoras cresceu de 22 mil para 30 mil. “A questão, é saber como o

País vai enfrentar os problemas relacionados com ‘custo Brasil’ para ganhar competitividade, não só em commodities, e poder desfrutar das oportunidades oferecidas por esse novo contexto internacional”, avalia o economista da Funcex.

● ● ● AJUSTAR PARA DESFRUTAR

A partir do entendimento de que o movimento em curso é uma diversificação e não uma desglobalização, Fonseca, da CNI, enumera o que o Brasil precisa fazer para se inserir nas cadeias globais de suprimento de componentes industriais, algo que, para ele, o País não conseguiu até agora, exceto em produtos minerais e agropecuários.

“Para que isso venha a se efetivar, o Brasil vai ter que fazer o dever de casa que não tinha feito

“A questão é saber como o País vai enfrentar os problemas do ‘custo Brasil’ para ganhar competitividade e desfrutar das oportunidades desse novo contexto internacional.”

Mário Cordeiro de Carvalho, Funcex



“Precisamos trabalhar na agenda de redução do ‘custo Brasil’, principalmente fazendo a reforma da tributação e, especificamente, da tributação sobre o consumo.”

Renato da Fonseca, CNI



“No Brasil, há exemplos pontuais de participação encadeada com outros países em segmentos das indústrias aeronáutica, petrolífera, automobilística, moveleira e de vestuário.”

Renato Baumann, Ipea



“Em 2018, apenas 15% do valor agregado da demanda doméstica do País era proveniente de bens e serviços importados. E não há mudança recente importante nesse padrão.”

Fernando Ribeiro, Ipea

quando as cadeias começaram a se formar”, resumiu. O dever inclui atacar, entre outros, os custos de burocracia, os custos de logística e os custos de tributação para que o País pare de exportar tributos.

“Precisamos trabalhar na agenda de redução do ‘custo Brasil’, principalmente fazendo a reforma da tributação e, especificamente, da tributação sobre o consumo”, resume. Fonseca disse que, embora ainda não se disponha de dados para confirmação, é fato que as novas políticas dos Estados Unidos e da Europa estão fazendo as empresas procurar alternativas de suprimento.

“São decisões estratégicas, você não faz uma mudança de fornecedor da noite para o dia. Mas,

claramente, pelas conversas que temos com as empresas, com diplomatas de outros países e com a própria diplomacia brasileira, verificamos esse movimento, a busca por novos fornecedores”. O fato de haver várias empresas desses dois mercados já instaladas aqui no País, inclusive com um intercâmbio expressivo de manufaturas, pode vir a ser um facilitador.

Baumann, do Ipea, faz as mesmas ressalvas, comuns a todos os demais analistas, quanto às limitações da inserção brasileira nas cadeias globais, marcada pelo viés exportador de *commodities*, mas lembra alguns segmentos nos quais o País obteve alguma representatividade.

“No Brasil, há exemplos pontuais de participação encadeada com outros países em segmentos das indústrias aeronáutica, petrolífera, automobilística, moveleira e de vestuário”, disse.

Mas, por enquanto, segundo Fernando Ribeiro, coordenador-geral de Estudos em Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea, os dados disponíveis em relação ao passado atestam a baixa inserção brasileira no comércio internacional, exceto na área de *commodities*.

“Em 2018, apenas 15% do valor agregado da demanda doméstica do País era proveniente de bens e serviços importados. E não há mudança recente importante nesse padrão”, conclui.

GUERRA NA UCRÂNIA GERA EFEITOS DIVERSOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

Choque das commodities agravado pelo conflito pressiona inflação e impacta juros e PIB, mas beneficia algumas culturas agrícolas e até o setor petrolífero, dizem economistas

A guerra no Leste Europeu gerou profundos impactos econômicos em todo o mundo, mas, no caso brasileiro, os efeitos não são todos negativos. Economistas ouvidos pela *Revista de Seguros* enxergam prós e contras para o País: se, por um lado, o cenário de inflação elevada tende a se agravar, por outro, a alta das *commodities* – que já ocorria antes do conflito, mas foi amplificada por ele – pode ser até vantajosa para o Brasil, que produz e vende para o exterior alguns dos principais itens exportados tanto pela Rússia quanto pela Ucrânia.

Um estudo do Banco Mundial prevê que o choque de alimentos e combustíveis em razão da guerra deve durar até o final de 2024, elevando o risco de estagflação global. A Rússia, que invadiu a Ucrânia em 24 de fevereiro, é o maior exportador mundial de gás natural e de fertilizantes, além de ser o segundo maior exportador e o terceiro maior produtor de petróleo. Juntos, os dois países respondem por cerca de 30% das exporta-

ções mundiais de trigo, 20% das exportações de milho e 80% das de óleo de girassol.

A previsão do Bird é que os preços da energia subirão mais de 50% neste ano, com impacto nas contas residenciais e em toda a cadeia produtiva do País. O barril de petróleo deve continuar acima de US\$ 100 em 2022, pressionando os preços internacionais. Já o trigo pode subir mais de 40%, a cevada, 33%, e a soja, 20%. Segundo o organismo, é o maior choque no preço das *commodities* desde a primeira crise do petróleo, em 1973.

Para o Brasil, que há tempos convive com um cenário de crescimento baixo e inflação alta, o choque deve forçar um aumento ainda maior dos juros e prejudicar o PIB. No dia 15 de junho, o Banco Central, que já vinha subindo a taxa básica de juros desde março de 2021, elevou a Selic pela 11ª vez seguida, para 13,25% ao ano. Na mesma data, o Federal Reserve aumentou os juros nos Estados Unidos em 0,75 ponto percentual, maior elevação desde 1994.

Bráulio Borges, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, destaca que o efeito da guerra não é uniforme no País. “O Brasil é exportador líquido da maioria das commodities, inclusive petróleo e derivados, mas é importador líquido de trigo e fertilizantes, então os impactos são diferentes. Há perdas e ganhos ao mesmo tempo. De modo geral, o impacto é mais negativo que positivo. A gente sofre com a alta de preços”, afirma.

No caso das *commodities* agrícolas, afirma Borges, o País pode se beneficiar, já que a limitação às importações deve estimular os agricultores brasileiros a produzir mais. “Para 2023, já temos previsões de uma safra assombrosa, mesmo com a alta dos fertilizantes. Há estimativas de 4% a mais de ganho na área plantada de grãos e de dois dígitos na safra como um todo.”

Para o petróleo, o cenário é outro: “Há risco de racionamento, pois existe um gargalo mundial de refino. No terceiro trimestre, pode faltar die-



“O Brasil é exportador líquido da maioria das commodities, inclusive petróleo e derivados, mas é importador líquido de trigo e fertilizantes, então os impactos são diferentes. Há perdas e ganhos ao mesmo tempo.”

Bráulio Borges, IBRE-FGV

sel no mundo e no Brasil, porque também não temos capacidade para substituir as importações imediatamente. Hoje, 60% da matriz logística brasileira depende de transporte rodoviário. E, ao contrário do que ocorre com os alimentos, os estoques são baixíssimos”, avalia.

Ainda assim, salienta Borges, as expectativas do mercado apontam para a normalização da situação até o final de 2023, apesar das incertezas sobre a guerra e sobre o comportamento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que há seis meses não atinge sua meta de produção.



CHOQUE AGRÍCOLA

Segundo Natália Fernandes, coordenadora do Núcleo de Inteligência de Mercado da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), os custos do setor sofreram forte impacto da valorização dos insumos de energia e de com-

bustível. A alta do petróleo e do gás natural, explica ela, afeta a produção de fertilizantes, já que ambos são matérias-primas para esses produtos. Com isso, os fertilizantes subiram 70% desde o início da guerra.

“No geral, os insumos subiram mais do que os produtos agrícolas como soja, milho, trigo e itens pecuários, o que acaba estreitando a margem dos produtores rurais”, diz ela. A CNA prevê elevação de 45% no custo operacional da próxima safra de soja, com os fertilizantes subindo 89%, e os herbicidas, 124%. Para a segunda safra de milho, o custo deve subir 49%, puxado pela alta de 117% nos fertilizantes. Como resultado, os produtores aumentaram a importação desse insumo, prevenindo-se contra eventual escassez. De janeiro a maio, o volume importado foi 44% superior ao de igual período de 2021.

“O forte aumento da energia e dos fertilizantes elevou os preços dos alimentos, o que pode gerar redução na produção agrícola. Mesmo após o

fim do conflito, a queda de preços não será imediata. É preciso um tempo para a recuperação da produção dos países fornecedores.”

A alta dos preços de alguns grãos também impactou o custo com ração animal de janeiro a abril deste ano. Na pecuária de corte, o custo subiu 51,7% para cria, 72,2% para recria e engorda e 76% para confinamento; na pecuária de leite, o aumento dos custos com a ração atingiu 53%. Na bovinocultura, a participação da ração no custo operacional varia de 12% (gado de corte em confinamento) a 37% (gado leiteiro).

Otaviano Canuto, membro sênior do Policy Center for the New South, afirma que o choque dos preços do trigo e do milho tem tido efeitos distintos no Brasil, “embora invariavelmente in-



“O forte aumento da energia e dos fertilizantes elevou os preços dos alimentos, o que pode gerar redução na produção agrícola. Mesmo após o fim do conflito, a queda de preços não será imediata. É preciso um tempo.”

Natália Fernandes, CNA

flacionários”. “Entre outros motivos, por conta das particularidades de seu uso em rações animais. Milho é mais usado que trigo em relação a outros países. Aves e suínos tiveram rações encarecidas por conta do milho.”

No Brasil, a participação da alimentação no custo operacional supera 79% na avicultura e 74% na suinocultura. Nos últimos 12 meses até maio, segundo o IBGE, o frango inteiro subiu 16,6%, o frango em pedaços, 22,7%, e o ovo, 16,8%. Ainda assim, segundo Canuto, a produção avícola se beneficiou de uma demanda maior, em razão da subida de preços de carne bovina, o que compensou a alta dos custos.

A guerra teve outro impacto positivo: a valorização do trigo estimulou a produção brasileira, com aumento da área plantada. Entre as *commodities* agrícolas, foi a que mais subiu desde o início do conflito. De janeiro até o início de junho, o trigo teve alta de 27,8% no Brasil. A novidade no setor está na competitividade adquirida pelo trigo produzido no País, em consequência dos choques de oferta e de preços no exterior. “Agora, as importações de trigo da Argentina estão sendo acompanhadas por exportações, em menor escala, de trigo brasileiro”, diz Canuto.

“Se a guerra demorar, os preços podem continuar subindo em 2023, então há estimativa para grande aumento de área dessa cultura no Brasil”, afirma Natália, acrescentando que os efeitos da guerra serão prolongados, independentemente da sua duração ou da suspensão das sanções do Ocidente à Rússia. “O conflito causou gargalos logísticos para exportação da Ucrânia. Não basta a guerra acabar”, pondera. Nesse contexto, diz ela, a produção agrícola brasileira será importante para reduzir a pressão de aumento de preços diante do cenário de oferta mundial menor.

CHOQUE ENERGÉTICO

Para Adriano Pires, sócio-diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) e consultor na área de energia, a alta dos preços do setor também beneficia o Brasil, que produz e exporta petróleo. “Quanto mais caro o barril, mais gera receita para a União, Estados e municípios, e a Petrobras paga dividendos gi-

gantescos. O setor que mais gera receita para o Tesouro é o de óleo e gás.”

Do início da guerra até o começo de junho, o barril de petróleo pulou de US\$ 100 para US\$ 120, com picos acima de US\$ 130. Na moeda americana, o litro do diesel nas refinarias brasileiras saltou da faixa de US\$ 0,75 para mais de US\$ 1, enquanto o da gasolina passou de menos de US\$ 0,70 para US\$ 0,80. Já o quilo do GLP saltou de cerca de US\$ 0,75 para US\$ 0,85. Em 17 de junho, a Petrobras voltou a reajustar os combustíveis para as distribuidoras: o litro do diesel subiu 14,26%, e o da gasolina, 5,18%.

“O grande problema do cenário atual é que o aumento brutal dos preços dos combustíveis gera inflação. É um fenômeno parecido com o



“O grande problema do cenário atual é que o aumento brutal dos preços dos combustíveis gera inflação. É um fenômeno parecido com o que houve nos anos 70. A maneira de segurar a inflação foi os EUA elevarem os juros.”

Adriano Pires, CBIE



que houve nos anos 70. A maneira de segurar a inflação foi os EUA elevarem os juros. Agora pode ocorrer o mesmo. O BC vai ter que continuar subindo os juros. O ruim é que desacelera a economia. Mas é preciso reduzir a demanda de combustíveis, porque não há como aumentar a oferta agora”, afirma Pires.

Para Canuto, o choque de preços do petróleo e do gás gera inflação global e, à medida que provoque respostas anti-inflacionárias dos bancos centrais, impacta juros e PIB. “Em conjunto com o choque de preços de alimentos, o choque de preços energéticos constitui uma espécie de ‘tempestade perfeita’ sobre países que os importam.”

Adriano Pires lembra que o Brasil compra 25% do diesel e 15% da gasolina que consome. “Vários países da Europa já estão armazenando diesel. Começa a haver escassez de derivados.” De acordo com ele, a vantagem do Brasil em relação ao começo dos anos 80, após os choques do petróleo, é que na época o País tinha dívida exter-

na e importava 80% do petróleo que consumia. “Hoje, a dívida é zero, e nós somos exportadores. Com a receita adicional do petróleo, poderíamos investir em programas sociais.”

Segundo Canuto, as previsões para o PIB já melhoraram desde janeiro, devido a fatores como saldos comerciais mais altos e maior arrecadação do setor público. “A questão é que esse melhor desempenho se faz acompanhar por encarecimento doméstico de alimentos e de energia doméstica, itens com peso na cesta de consumo da parte de baixo da pirâmide de renda. A melhor política seria aumentar transferências de renda para esse estrato”, avalia.

“Para o mundo, a chegada da guerra trouxe menos PIB e mais inflação; para o Brasil, foi mais PIB e mais inflação”, resume Bráulio Borges. “O problema é que a inflação já estava muito alta, e o BC vai ter que frear a economia para o ano que vem. Ou seja, em 2022 estamos sofrendo menos que a média mundial, mas a conta pode chegar em 23.”

A questão é que esse melhor desempenho (do PIB) se faz acompanhar por encarecimento doméstico de alimentos e de energia doméstica, itens com peso na cesta de consumo da parte de baixo da pirâmide de renda.”

Otaviano Canuto, The Policy Center for the New South

BRASIL FICA PARA TRÁS NA DISPUTA PELA PRODUÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS

Especialistas do mercado defendem que o País implemente uma política nacional de eletromobilidade, a exemplo das principais economias do mundo

A eletromobilidade é uma realidade em todo o mundo e, até o fim da década, poderá chegar a 145 milhões de unidades, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês). Somente no ano passado, os modelos elétricos de automóveis e de veículos comerciais leves representaram 9% das vendas mundiais: 6,6 milhões de unidades, um crescimento de 109% sobre o volume de 2021.

Na Europa e nos Estados Unidos, progridem os acordos para impedir a venda de novos veículos movidos a gasóleo ou a gasolina a partir de 2035. Mas o Brasil poderá ficar para trás na disputa de mercado pela produção dos veículos do futuro, caso não seja implementada uma política nacional de eletromobilidade, a exemplo do que foi feito nas principais economias do mundo.

O alerta é feito por representantes do setor, como o presidente da Associação Brasileira

de Veículos Elétricos (ABVE), Adalberto Maluf, para quem o País não pode assistir impassível a essa grande revolução tecnológica, que já está mudando a economia e a sociedade dos principais países.

“Diferentemente do resto do mundo, que incentiva a indústria do futuro, com foco em índices de segurança e emissões cada vez mais rígidos, o Brasil optou por estimular a compra de veículos independentemente da tecnologia ou eficiência energética. Com isso, o País ficou para trás na corrida pelos veículos do futuro, todos elétricos, autônomos e conectados”.

Segundo Maluf, as políticas de transporte limpo devem ser o eixo de uma nova estratégia nacional pela recuperação da competitividade da indústria brasileira e pela geração dos empregos de qualidade para as futuras gerações. Ele ressalta a necessidade urgente de uma política industrial que priorize a inovação e as

novas tecnologias. “O Brasil não pode ficar tão defasado em relação aos padrões de emissão e segurança dos países desenvolvidos, sob pena de nossa indústria ficar cada vez menos competitiva e menos conectada às cadeias produtivas globais”, afirma.

Para reverter esse quadro, entidades e empresas representativas do setor estão levantando subsídios para a elaboração da Carta da Eletromobilidade, que conterà um conjunto de propostas para os futuros governantes sintonizarem as políticas públicas no Brasil às estratégias já em curso nos principais países.

Entre elas, a defesa da eletrificação do transporte público no Brasil (principal fonte de poluição do ar nas grandes cidades), o reforço da legislação ambiental no ambiente urbano e o apoio à conversão das frotas de transporte de carga a diesel para os combustíveis sustentáveis.



“O Brasil não pode ficar tão defasado em relação aos padrões de emissão e segurança dos países desenvolvidos, sob pena de nossa indústria ficar cada vez menos competitiva e menos conectada às cadeias produtivas globais.”

Adalberto Maluf, ABVE

● ● ●
POLÍTICAS PÚBLICAS

Henry Joseph Jr., diretor técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), também defende a formulação de políticas públicas para viabilizar a transição para o uso de veículos elétricos. Na sua avaliação, a exemplo do que ocorre em países europeus e asiáticos e nos Estados Unidos, o poder público brasileiro deve estabelecer políticas para acelerar os cenários de descarbonização.

“E não estamos falando de incentivos financeiros ou bônus aos compradores, como ocorre sobretudo na Europa. Mas é possível estimular o consumo de carros mais ‘limpos’ com medidas como menor tributação, ou ‘imposto verde’, descontos ou isenções em recarga, pedágio, zona-azul, rodízio e financiamentos com métrica ESG (ambientais, sociais e de governança das empresas)”, afirma.

“É possível estimular o consumo de carros mais ‘limpos’ com medidas como menor tributação, ou ‘imposto verde’, descontos ou isenções em recarga, pedágio, zona-azul, rodízio e financiamentos com métrica ESG.”

Henry Joseph Jr., Anfavea

Joseph Jr. chama a atenção para a necessidade de investimentos do Governo na infraestrutura para a funcionalidade do modal, especialmente nos postos de recarga. De acordo com estudo realizado pela entidade, dentro de um cenário acelerado, no sentido de acompanhar os movimentos já em curso nos países mais desenvolvidos, seriam necessários recursos da ordem R\$ 14 bilhões para a instalação de ao menos 150 mil carregadores para atender os veículos eletrificados.

Por sinal, expandir a infraestrutura de recarga é um desafio de amplitude global. Hoje, grande parte dos veículos elétricos pode ser recarregada em tomadas convencionais, porém, uma carga completa requer até oito horas de duração.

Estados Unidos e Europa estão à frente, tendo desenvolvido dispositivos especiais que recarregam 80% da bateria em 30 minutos. Em Londres, a prefeitura subsidia a instalação em residências e empresas, enquanto em Israel está em teste a troca, em estações específicas, da bateria descarregada por outra já carregada.

CENÁRIO ACELERADO

O estudo realizado pela Anfavea em parceria com o Boston Consulting Group (BCG) estima, em um cenário mais acelerado, a comercialização de quase 2,5 milhões de veículos eletrificados dentro de três anos. Segundo Joseph Jr., projeções feitas pela associação apontam que os veículos leves eletrificados podem responder por 12% a 22% do mix de vendas no Brasil em 2030. Esse volume poderia subir para uma faixa de 32% a 62% em 2035.

De acordo com essas projeções, a indústria brasileira venderia 432 mil veículos leves eletrificados por ano em 2030, atingindo até três milhões de unidades ao ano em 2035. “Dentro desse cenário, a previsão é que 60% da frota brasileira apresente algum nível de eletrificação” analisa o executivo.

Com base no documento, Joseph Jr. afirma que a eletrificação poderá levar a um novo ciclo de oportunidades de negócios no País, “como, por exemplo, a produção e exportação de uma série de componentes, baterias e motores elétricos. Fornecedores de peças, como semicondutores e baterias, poderiam se instalar no Brasil, que

tem matéria-prima em abundância para essas novas tecnologias”, sugere.

Dessa forma, segundo ele, haveria um incremento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em toda a cadeia, além do surgimento de startups, promovendo um grande ciclo de investimentos e uma revolução tecnológica no País, beneficiando vários setores, não só o automotivo.

O executivo da Anfavea avalia que, mesmo sob o ponto de vista de um cenário inercial de crescimento, serão necessários altíssimos investimentos em toda a cadeia — pesquisa e desenvolvimento, adaptação de fábricas, desenvolvimento de fornecedores e preparação/treinamento da rede de concessionários etc., para que o Brasil abasteça seu mercado local e se consolide como um polo exportador dessas tecnologias para os países vizinhos e até de outros continentes.

“Com mais de 40 fábricas espalhadas pelo País, não incluindo as de fornecedores de autopeças, a indústria precisará entrar em um novo ciclo de investimentos para se manter competitiva e, ao mesmo tempo, garantir 1,3 milhão de empregos diretos e indiretos na cadeia automotiva ou até ampliar esse contingente”, explica.

Adalberto Maluf, presidente da ABVE, corrobora a análise e argumenta que o País tem possibilidade de vir a ser pioneiro nos híbridos flex *plug-in* e adensar a cadeia do lítio para os elétricos puros, pois tem reservas dos minerais estratégicos para fabricar baterias e a líder a tecnologia dos veículos flex.

“Temos de integrar os elétricos aos biocombustíveis. O Brasil não precisa copiar modelos externos para fazer sua transição aos veículos do futuro. Basta não tentar inventar a roda, reduzir distorções que dificultam o desenvolvimento dos veículos elétricos no País e sonhar com a construção da indústria e dos empregos do futuro”, ressalta.

CAPACIDADE GLOBAL

Segundo o relatório de IEA, a capacidade global de fabricação de baterias automotivas de íons de lítio em 2020 foi de aproximadamente 300 GWh por ano, enquanto a produção foi de cerca de 160 GWh. Atualmente a maior demanda está na China, seguida pela Europa e pelos Estados Unidos.



“Com mais de 40 fábricas no País, a indústria precisará entrar em um novo ciclo de investimentos para se manter competitiva, e, ao mesmo tempo, garantir 1,3 milhão de empregos diretos e indiretos na cadeia automotiva.”

Henry Joseph Jr., Anfavea

O Brasil produz dois dos principais minerais presentes nas baterias: o lítio, produzido pela Companhia Brasileira de Lítio (CBL), AMG Mineração e Sigma Lithium e o cobalto, produção da Vale na mina de Voisey's Bay, no Canadá. Além desses dois minerais, as baterias íon-lítio também utilizam manganês, níquel e cobre como matéria-prima.

Estudo do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), publicado em 2021, destacou o País como dono da sétima maior reserva de lítio conhecida no mundo: 95 mil toneladas que poderiam ser exploradas de acordo com a tecnologia e as leis atuais. Ainda segundo a USGS, o Brasil foi o quinto maior produtor do metal no mundo em 2020, com a produção estimada em 1,9 mil toneladas



“O Brasil não precisa copiar modelos externos para fazer sua transição. Basta não tentar inventar a roda, reduzir distorções que dificultam a produção de veículos elétricos e sonhar com a construção da indústria e dos empregos do futuro.”

Adalberto Maluf, ABVE

– as primeira e segunda posições ficam, respectivamente, com Austrália (40 mil/t) e Chile (18 mil/t).

Já o cobalto teve sua produção acelerada pela perspectiva de crescimento das vendas de veículos elétricos a bateria – BEVs e veículos híbridos plugáveis – PHEVs. A Vale, que produz em torno de seis mil toneladas por ano, divulgou no fim de junho a conclusão do estudo de pré-viabilidade para o desenvolvimento de um projeto proposto de sulfato de níquel em Bécancour, na província de Quebec (Canadá). Considerada estratégica pela companhia, a primeira planta de produção de sulfato de níquel totalmente doméstico visa ao fornecimento de produtos de níquel de baixo carbono e alta pureza para a crescente indústria de veículos elétricos.



UE E EUA: FIM DA VENDA DE VEÍCULOS A COMBUSTÃO EM 2035

Dentro do compromisso de zerar as emissões de dióxido de carbono (CO₂) dos automóveis novos, assumido no âmbito da Cúpula de Líderes Globais sobre o Clima, a União Europeia (UE) anunciou no fim de junho a redução a zero da venda de veículos movidos a gasolina e a diesel até 2035 no território dos 27 países que compõem o bloco.

Canadá e Estados Unidos seguem na mesma linha e devem encerrar a comercialização de veículos a combustão neste mesmo ano, de acordo com relatório do International Council on Clean Transportation (ICCT). No Brasil, projetos de lei transitam no Senado fixando prazos com intervalos díspares: em 2030, segundo o PLS nº 304/2017, de Ciro Nogueira (PP-PI), ou em 2060, de acordo com o PLS nº 454/2017, de Telmário Mota.

De todo modo, o estudo da Anfavea demonstra que mesmo em um cenário de acelerado crescimento da produção e de venda de veículos elétricos, a renovação natural da frota será muito lenta. A frota circulante de leves ainda terá quase 80% de motores flex (gasolina/etanol), o que, na avaliação de Joseph Jr, não chega a comprometer as metas do País no que diz respeito à redução da emissão CO₂, em razão do uso de biocombustível.

NOVAS TECNOLOGIAS TRAZEM DESAFIOS REGULATÓRIOS E DE CAPACITAÇÃO

Transformação digital trazida com a inteligência artificial e plataformas imersivas gera debate sobre normas e sobre o impacto no mercado de trabalho

O advento de novas tecnologias digitais não está modificando apenas o comportamento da sociedade. O uso cada vez mais frequente de plataformas imersivas, como o metaverso, está criando um novo mercado de bens imateriais e estimulando ainda mais o uso de criptomoedas. Por outro lado, há o avanço da inteligência artificial por trás da interação que as empresas têm com seus clientes, alterando o padrão dos serviços. É um cenário que traz obrigatoriamente a discussão ética e regulatória sobre esses novos instrumentos e sobre seu impacto no mundo do trabalho.

O fenômeno parece refletir uma transformação que a indústria sofreu quando recebeu o impacto da automação. As máquinas agora substituem um trabalho que não é o braçal nas fábricas, mas o intelectual que analisa dados com maior rapidez e estabelece comunicação com clientes

sem a necessidade de um funcionário para isso.

É uma tecnologia que tem apresentado grande potencial de aproveitamento no setor de seguros, em que o uso de *big data* e de outras formas de análise de informações vem permitindo o desenho de produtos mais personalizados, com avaliações de risco mais precisas. O impacto da tecnologia acende também um sinal de alerta, pois quem não estiver preparado para lidar com essas ferramentas pode ficar para trás.

Estudo realizado pela consultoria Boston Consulting Group (BCG) revelou que as seguradoras que investem significativamente em Inteligência Artificial (IA) já estão obtendo resultados, como aumento de 20% a 25% em novos negócios líquidos, e reduzindo as taxas de sinistralidade em dois a três pontos percentuais. Também ficou evidenciado que as posições de gerenciamento de apólices terão uma redução de 70%, e os sinistros de 40%, com a introdução dessas novas tecnologias. São

setores que perdem espaço, mas, por outro lado, devem crescer os departamentos de tecnologia.

De forma geral, já há no mercado um enorme *gap* de profissionais especializados em novas tecnologias. Empresas vêm enfrentando dificuldade em recrutar especialistas em cibersegurança, desenvolvimento de *softwares e designers*.

Apesar de haver a preocupação com relação à perda de empregos, na realidade são funções que vêm sendo mudadas. Esse é um fenômeno que ocorre em diversos segmentos. Segundo Humberto Sandmann, professor da ESPM, as habilidades necessárias para exercer funções dentro do mercado de novas tecnologias são variadas e tendem a mesclar conhecimentos tradicionais com o aprendizado do uso dessas ferramentas. Apesar do corte eventual de vagas, outras surgirão à medida que a transformação digital vai ocorrendo.

“As novas profissões ainda não se estabilizaram. Há pouco tempo, não existia, por exemplo,



a função de gestor de redes sociais, que é muito importante e comum hoje em dia. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi responsável pela criação da figura do gestor de dados nas empresas, e até hoje os requisitos para ocupar essa função ainda não são bem definidos”, afirma o professor.

De acordo com Sandmann, a inteligência artificial e, mais especificamente, a vertente do *machine learning*, não dispensam a decisão humana, mas a auxiliam. Disciplinar essas atividades é tarefa delicada, mas, para ele, as leis já vigentes como a LGPD e o Marco Civil da Internet já são capazes de resolver eventuais conflitos.

No entanto, desde 2020 o Congresso Nacional discute um projeto de lei que busca justamente regulamentar a IA. O PL nº 21/20, de autoria do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), recebeu um substitutivo e foi aprovado na Câmara. Atualmente, está em tramitação no Senado, onde é acompanhado também por uma comis-

são de juristas e técnicos, que assessoram os parlamentares a respeito da matéria.

A proposta estabelece, entre outros princípios, que os órgãos públicos deverão monitorar a gestão do risco dos sistemas de inteligência artificial no caso concreto, avaliando os riscos de sua aplicação e as medidas de mitigação; estabelecer direitos, deveres e responsabilidades; e reconhecer instituições de autorregulação. A ideia de se regulamentar um assunto tão novo quanto a IA causa polêmica e, para muitos, o Congresso pode estar caindo em uma armadilha, na medida em que tenta engessar um processo que está em plena inovação.

Para Loren Spíndola, diretora da Associação Brasileira das Empresas Brasileiras de Software (Abes), se o chamado marco regulatório da inteligência artificial no Brasil seguir um caminho excessivamente restritivo, haverá um desestímulo para os desenvolvedores, e o País pode ficar para trás e perder projetos. Seguindo ela, ainda é cedo

“A Lei Geral de Proteção de Dados foi responsável pela criação da figura do gestor de dados nas empresas, e até hoje os requisitos para ocupar essa função ainda não são bem definidos.”

Humberto Sandmann, ESPM

para a entrada em vigor de medida como essa, que antes precisa de um amadurecimento do mercado e estabelecimento de parâmetros para eventuais iniciativas punitivas.

O fato de não haver um seguro faz com que o preço seja jogado para cima porque não se sabe qual é o risco. Hoje, o mercado de seguro não está preparado para atender a essa demanda, até porque nem a tecnologia está. E os reguladores estão pensando em formas de punir, quando ainda nem conseguimos nos proteger e proteger o consumidor com formas tradicionais de seguro”, ressalta Loren Spíndola.

De acordo com a diretora da Abes, há princípios éticos que são seguidos pelos desenvolvedores e pelas empresas no uso da inteligência artificial, quando, por exemplo, o consumidor é informado que está se comunicando com um robô e tem a opção de falar com um humano. Ela defende que a legislação vigente seja aplicada caso a caso e, a partir do momento em que houver um desenvolvimento maior dessas ferramentas, possa surgir uma regulação específica.

O mesmo raciocínio ela usa para o seguro desses sistemas, que conforme vão ficando mais bem estruturados e com seus riscos minimizados e calculados, pode atrair seguradoras sem encaixar demais o processo.

“O setor é a favor de regulação para trazer segurança jurídica, estabelecer diretrizes e nivelar a qualidade da tecnologia, para que seja usada de forma ética. Mas daí a ter uma regulação com um peso muito grande não é interessante para ninguém”, explica Loren.

A questão é polêmica e ainda há muito a ser debatido, até para que nem consumidores nem empresas sejam prejudicados. Érica Bakonyi, pesquisadora do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da FGV Direito Rio, avalia que há de fato aspectos que podem ser tratados à luz da legislação já vigente, mas adverte que há ainda deficiências no que diz respeito ao direito à privacidade, aos eventuais danos à pessoa, à possibilidade de discriminação, ao cerceamento de direitos, além de influência sobre manifestação da vontade dos usuários. Por isso, seria conveniente o estabelecimento de novas regras específicas para a IA.

Ela cita a discussão nos Estados Unidos sobre o “Nudge Act”, que trata da influência indevida com caso de discussão regulatória sobre o tema, e também lembra medidas aprovadas pelo Parlamento Europeu envolvendo a tecnologia de IA.

“Desenvolver um sistema *machine learning* impõe regras prévias que, se não forem observadas, vão gerar responsabilização em associação a outras áreas do direito como, por exemplo, a cível. Desse modo, convém definir os contornos do chamado dever de cuidado”, afirma Érica.

A operacionalização do respectivo dever, segundo ela, pode se materializar de inúmeras maneiras. “Dentre elas, privilegia-se a realiza-

ção de testes desde o início, como foi a opção legislativa europeia com o novo regulamento sobre IA, bem como eventual submissão posterior a canal de resolução de controvérsia que seja independente”, acrescenta.

O debate sobre regulação de novas tecnologias também envolve os ativos digitais que estão sendo cada vez mais usados, como criptomoedas e NFTs (*token não fungível*, em português). São ferramentas amparadas na plataforma *blockchain*, que promete segurança total, na medida em que as transações e certificados são garantidos por redes de computadores e não apenas um único servidor, o que evitaria fraudes.



“O setor de seguros não está preparado para atender a essa demanda. E os reguladores estão pensando em formas de punir, quando ainda nem conseguimos nos proteger e proteger o consumidor.”

Loren Spíndola, Abes



“Desenvolver um sistema *machine learning* impõe regras prévias que, se não forem observadas, vão gerar responsabilização em associação a outras áreas do direito como, por exemplo, a cível.”

Érica Bakonyi, FGV Rio



“Já começamos a ver casos de assédio moral e sexual dentro do metaverso. A tecnologia só espelha o comportamento humano, ou seja, se tem bandido na rua, também terá no metaverso.”

Arthur Igreja, TEDx speaker

Esse método é que tem permitido o avanço, por exemplo, do metaverso. As indústrias abrangidas por essas plataformas, como as realidades virtual e aumentada, *games e cloud*, entre outros, viraram a bola da vez depois que o Facebook mudou seu nome para Meta e passou a investir pesado nesse caminho. Segundo dados da Bloomberg Intelligence, esse ecossistema deve movimentar mais de R\$ 4 trilhões até 2024.

Nesses ambientes imersivos, que começaram a ter grande número de adeptos entre usuários de *games*, já é possível fazer compras de bens digitais, como roupas, acessórios, veículos e até terrenos. Muitos casos de gastos altíssimos nesses ativos ganharam notoriedade mundial, como o do jogador Neymar, que comprou NFTs da coleção Mutant Ape Yacht Club pelo valor de 55 ETH (criptomoeda

Ether), avaliado em cerca de R\$ 800 mil. Seus gastos com esses investimentos somam já milhões de euros.

Apesar do grande interesse e da promessa de lucros com segurança, já há notícias de fraudes, como obras de arte copiadas sem autorização dos artistas. Por isso, não é nada impensável que, além de normas jurídicas novas, surjam também produtos de seguros para esse mercado. É o que pensa o especialista em Tecnologia, Inovação e Tendências, Arthur Igreja, TEDx speaker, palestrante e autor do livro “Conveniência é o Nome do Negócio”. Segundo ele, ativos digitais também estão sujeitos a roubo, ataques e desvalorização.

Apesar de sempre haver o risco de uma regulamentação açodada tolher desenvolvedores e o avanço tecnológico, a discussão sempre deve privilegiar o

bom senso e a participação de todos os envolvidos. Afinal, desde o início nos anos 1990, a internet permitiu uma liberdade que parecia “uma terra sem lei”. O que garante seus benefícios são justamente as regras que ela passou a respeitar.

“São muitos os desafios éticos e morais. Desde o início da internet, houve uma série de abusos cometidos com relação a conteúdo, discursos de ódio, utilização de *e-commerce* para venda de itens ilegais. A mesma coisa ocorreu com as criptomoedas e o mesmo pode acontecer em ambientes cada vez mais imersivos. Já começamos a ver casos de assédio moral e sexual dentro do metaverso. E as vítimas reportam que as experiências foram extremamente realistas. A tecnologia só espelha o comportamento humano mais amplo, ou seja, se tem bandido na rua, também terá no metaverso”, adverte o especialista.

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: REMÉDIO PARA EVITAR PERDAS ECONÔMICAS FUTURAS

Cerca de 3,6% da população mundial (281 milhões de pessoas) está fora do país de nascimento, um percentual três vezes superior ao registrado em 1970

Reino Unido e Portugal, dois países que flexibilizaram as regras de imigração recentemente, retomam o ciclo de ingresso de trabalhadores estrangeiros legais após a pandemia atenuar sua incidência. A ação do Reino Unido provocou uma debandada de profissionais de enfermagem do Senegal e colapso na área de saúde do país africano. O viés econômico ainda é o canto de sereia dessa atração — no caso do Reino Unido, a oferta de um salário 15 vezes acima do piso pago no Senegal. Em Portugal, os brasileiros já representam a maior comunidade de estrangeiros no país, quase 30% dos gringos residentes, atraídos por melhores condições de vida.

Os exemplos acima tendem a se multiplicar nas próximas décadas, pontilhando a corrida global da transição demográfica, que amplia parcelas de idosos na população mundial e gera necessidade de acolher mais trabalhadores estrangeiros para evitar queda da produtividade e pressões nos gastos públicos decorrentes do envelhecimento/inatividade da mão de obra. A migração inter-

nacional é vista como um dos remédios mais eficientes para financiar os custos da inflexão e envelhecimento da população mundial.

Dados da Agência das Nações Unidas para as Migrações Internacionais (OIM) demonstram o aumento contínuo do número de migrantes nas últimas cinco décadas. A migração hoje é três vezes superior à registrada em 1970 e engloba 3,6% da população global, 281 milhões em 2020.

Esse total de pessoas vivendo em um país diferente do de nascimento em 2020 superou o total da população brasileira, estimada em mais 211,8 milhões de pessoas nesse mesmo ano. Europa e Ásia são até aqui os principais destinos dos migrantes internacionais — de 87 milhões e 86 milhões, respectivamente — compreendendo 61% do estoque global de pessoas.

O fotógrafo brasileiro João Luiz Bulcão, de 59 anos, faz parte do time de migrantes. Depois de uma temporada como correspondente no Brasil de uma agência fotográfica francesa, ele decidiu ocupar uma vaga aberta na Gamma-Lianson, na filial de Nova York, em 1994, e não

retornou mais ao Brasil. Em 1997, transferiu-se para Paris, onde mora até hoje.

Na França, integra um coletivo de fotógrafos, por meio da agência Hans Lucas, e criou sua empresa, a ParisClicks, buscando atender à demanda de imagens criada com a expansão das mídias sociais. “Morar no exterior tem vantagens e desvantagens. É um confronto diário de perseverança para aceitar códigos de cada país sem cair na armadilha das comparações com o Brasil. Sei que sou imigrante com nacionalidade europeia, mas mantenho as referências culturais e valores do meu País, que acabam sendo fundamentais para fotografar o outro”, resume Bulcão.



FLUXO DA MIGRAÇÃO

A perspectiva é de que o fluxo da migração internacional cresça nos próximos anos, já que a população global com mais de 60 anos deve dobrar nas próximas décadas, passando de 900 milhões, em 2015, para cerca de 2 bilhões, em 2050. A Alemanha, país cujo número de pessoas em



“Morar no exterior tem vantagens e desvantagens. É um confronto diário de perseverança para aceitar códigos de cada país sem cair na armadilha das comparações com o Brasil. Sou imigrante, mas mantenho as referências culturais do meu País.”

João Luiz Bulcão, fotógrafo

idade ativa para o trabalho já decresce, já tornou público que dependerá de imigrantes, sobretudo de profissionais estrangeiros qualificados.

É a única saída para evitar que a falta de mão de obra gere impacto na produtividade e ameace sua transição energética. Institutos econômicos alemães destacam um déficit crescente entre trabalhadores em via de se aposentar e de jovens para sucedê-los no mercado de trabalho. Algo que saltará dos atuais 300 mil postos da força de trabalho para 650 mil em 2029.

Pelas estimativas, haverá uma lacuna de 5 milhões de postos na população economicamente ativa em 2030. “Já temos 300 mil vagas de emprego abertas e esperamos que ultrapassem um milhão logo”, declarou Robert Habeck, ministro da Economia e do Clima da Alemanha. Para ele, se essa lacuna não for fechada, o país terá graves problemas de produtividade no futuro. A saída? Imigrantes qualificados ou não nas mais diversas áreas, incluindo cuidadores para seus idosos.

Além da inflexão da população e do apelo econômico, mudanças climáticas, guerras, regimes

A perspectiva é de que o fluxo da migração internacional cresça nos próximos anos, já que a população global com mais de 60 anos deve dobrar nas próximas décadas, passando de 900 milhões, em 2015, para cerca de 2 bilhões, em 2050.

autoritários e perseguições políticas podem puxar o exército de nômades para qualquer corredor de migração internacional. Hoje, em cada grupo de 30 pessoas, uma é migrante internacional.

Olhando os números globais, o Brasil permanece longe do primeiro pelotão da corrida global e, ao que tudo indica, continuará distante do radar de enormes parcelas de migrantes, apesar dos números melhorados na década passada. Entre 2011 e 2020, 1,3 milhão de imigrantes passaram a residir no Brasil – e os maiores fluxos vieram da Venezuela, Haiti, Bolívia, Colômbia e Estados Unidos, diz o Ministério da Justiça, em resposta à consulta da *Revista de Seguros*.

Nesse período, o País conheceu o céu e o paraíso no plano econômico. No caminho, a recessão do biênio 2015/2016, que ceifou 7,2% da riqueza, o pior resultado em toda a história e, na sequência, a pandemia que fez a economia encolher outros 3,9% em 2020.

Nessa conta da migração, incluem-se também os novos refugiados reconhecidos anualmente no País, que saíram de 86, em 2011, para

Além da inflexão da população e do apelo econômico, mudanças climáticas, guerras, regimes autoritários e perseguições políticas podem puxar o exército de nômades para qualquer corredor de migração internacional.

26,5 mil em 2020. Os pedidos de reconhecimento da condição de refugiado também aumentaram, passando de cerca de 1,4 mil, em 2011, para 28,8 mil, em 2020.

Os dados são do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública e constam do Relatório Anual “2011-2020: uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil”, elaborado em parceria com pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) da Universidade de Brasília.

O relatório do Ministério da Justiça avalia positivamente o desempenho apresentado no contexto migratório, considerando a década passada como uma das mais dinâmicas e multifacetadas. Isso se deve também a mudanças legislativas significativas nas normas de migração, em especial com a edição da Lei nº 13.445/2017.

● ● ● DESAFIOS MÚLTIPLOS

O potencial do novo marco é ofuscado pelo quadro macroeconômico dos últimos anos e pela perspectiva de baixo crescimento nos próximos anos. Desafios como fragilidades fiscais, taxa de desemprego elevada e enorme informalidade



são ossos duros de roer sem ações assertivas e tempo de maturação, além de limitar os espaços dos imigrantes.

“Se o Brasil não conseguir aumentar as taxas de poupança e de investimento, não conseguirá incrementar o processo de geração de emprego e renda nem conseguirá aumentar a produtividade e a competitividade internacional”, afirma José Eustáquio Diniz Alves, sociólogo, mestre em Economia e doutor em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG).

Na raiz de todos os males, o País convive com uma taxa de investimento que se perpetua abaixo de 20% nas últimas décadas e que só dá conta de fazer a manutenção da infraestrutura existente, ainda assim com dificuldades.

Diniz Alves lembra que países que elevaram sua taxa de investimentos durante décadas, como China e Coreia do Sul, hoje colhem os louros, apresentando níveis de crescimento econômico mais parrudos. Tendo em vista que os dois países eram extremamente pobres há 50 anos, conclui-se que o Brasil patinou em políticas públicas erráticas e paga o preço de gestões desastradas, comparando-se a desenvoltura das economias asiáticas e a do País.

“Se o Brasil não conseguir aumentar as taxas de poupança e de investimento, não conseguirá incrementar o processo de geração de emprego e renda nem conseguirá aumentar a produtividade e a competitividade internacional.”

José Eustáquio Diniz Alves, UFMG

Para o sociólogo, devido à baixa taxa de formação bruta de capita fixo (investimentos), o Brasil está passando por um processo de “especialização regressiva” e de desindustrialização. Em consequência, está ampliando os mais diversos problemas da sociedade e os desafios da anomia social. Esse quadro tende a se agravar com o rápido processo de envelhecimento populacional. “A população em idade produtiva já cresce menos do que a população total, e o bem-estar só será atingido com o aumento do excedente por trabalhador”, assinala ele.

O tempo dirá para onde o Brasil caminha no desafio global da inércia demográfica e suas consequências nas próximas décadas. O Governo afirma que, por meio do Conselho Nacional de Imigração, atua no sentido de regulamentar diversas hipóteses de autorização de residência cujas finalidades contribuem para a atração de

mão de obra e investimentos para o Brasil.

Há diversos tipos de autorização, como a de residência para fins de trabalho com vínculo empregatício (Resolução Normativa nº 02/17); a de prestação de assistência técnica (RN nº 03/2017); a de transferência de tecnologia (RN nº 04/2017); a de imigrante administrador, gerente, diretor ou executivo com poderes de gestão, para representar sociedade civil ou comercial, grupo ou conglomerado econômico (RN nº 11/2017); a de realização de investimento de pessoa física em pessoa jurídica no País (RN nº 13/2017); a de capacitação e assimilação da cultura empresarial e em metodologia de gestão da empresa interessada (RN nº 18/2017); a de realização de pesquisa, ensino ou extensão acadêmica com vínculo no País (RN nº 24/018); a de realização de estágio profissional ou intercâmbio profissional (RN nº

26/2018); a de realização de investimento imobiliário (RN nº 36/2018) e, por fim, a de para nômades digitais (RN nº 45/2021).

Dados compilados pelo Governo reportam que, entre 2011 e 2019, foram emitidas 87.570 carteiras de trabalho para latino-americanos solicitantes e refugiados no País. Em 2019, observou-se o maior número de carteiras emitidas, totalizando 36.259. Destaca-se o predomínio de carteiras de trabalho emitidas para homens, mas a diferença entre gêneros vem se reduzindo a partir de meados da década. Em 2014, foram 68,8% homens e 31,2% mulheres, enquanto em 2019, foram 55,7% homens e 44,3% mulheres. Entre as principais nacionalidades latino-americanas em 2019, para pedidos de emissões de carteiras de trabalho, destacaram-se venezuelanos (65,2%), haitianos (23,9%) e cubanos (8,2%).

REMESSAS INTERNACIONAIS: US\$ 68 BI SAÍRAM DOS EUA

BANCO MUNDIAL CONSTATA AUMENTO NAS REMESSAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, DE US\$ 126 BILHÕES EM 2000 PARA US\$ 702 BILHÕES EM 2020

Uma forma de medir a migração são os números de fontes e destinatários das remessas internacionais — transferências financeiras ou em espécie feitas por migrantes diretamente para famílias ou comunidades em seus países de origem. As remessas, em sua maioria, partem dos países de alta renda.

Dados do Banco Mundial dão conta de que os Estados Unidos permanecem na liderança por décadas. De lá, saíram um total de US\$ 68 bilhões em 2020. As demais origens das remessas são os Emirados Árabes Unidos (US\$ 43,2 bilhões), Arábia Saudita (US\$ 34,6 bilhões), Suíça (US\$ 27,96 bilhões) e Alemanha (US\$ 22 bilhões).

Ainda segundo dados do Banco Mundial, referentes a 2020, os destinatários foram (em ordem decrescen-

te) — Índia, China, México, Filipinas e Egito os principais países receptores de remessas. O Banco Mundial assinala que Índia e China somaram remessas totais muito superiores aos demais: US\$ 83 bilhões e US\$ 59 bilhões, respectivamente.

Apesar da ressalva de que não pode captar a integralidade das movimentações, o estudo do Banco Mundial constata aumento nas remessas nas últimas décadas, de US\$ 126 bilhões em 2000 para US\$ 702 bilhões em 2020. A pandemia, considerada um evento disruptivo no fluxo de migrantes internacionais (dado o fechamento de fronteiras e do *lockdown*), praticamente não alterou o fluxo de remessas internacionais, já que a queda foi de apenas 2,4%.

MAIOR ESTIAGEM DA HISTÓRIA NO SUL NÃO FREOU SEGUROS DE TRANSPORTES

A carteira evoluiu 4,7% no mercado gaúcho, 22,4% no catarinense e 117,5% no paranaense. Os três Estados demonstram recuperação após o amargo começo de ano.

Nenhum outro escritor gaúcho descreveu tão precisamente a alma de seus conterrâneos como Erico Veríssimo. Sua personagem Bibiana Terra, em *O Continente*, da série *O Tempo e o Vento*, recordava: “Como o tempo custa a passar quando a gente espera! Principalmente quando venta. Parece que o vento manea o tempo”. Quase 200 anos após a trajetória da fictícia Bibiana, o vento pareceu esconder-se de gaúchos, mas também de catarinenses e paranaenses no último verão, quando se assentou nas terras do sul do País uma seca sem precedentes, que, segundo agricultores, meteorologistas e representantes de seguros, mostra-se como a pior das últimas décadas.

Definitivamente, o período marcado entre dezembro de 2021 e janeiro deste ano passou ao largo de qualquer lirismo com o qual se possa ser consolado. As perdas com a incomum estiagem foram muitas: toneladas de grãos de milho, soja, arroz e frutas, bilhões de reais na mesma desas-

trosa proporção, e uma avalanche de avisos de sinistros que bateu às portas das seguradoras locais sem aviso prévio.

As mais afetadas, as safras gaúchas de soja e milho registraram uma perda de, aproximadamente, R\$ 33 bilhões em decorrência da seca, com a lavoura de soja rendendo menos R\$ 27,8 bilhões, enquanto a do milho deverá perder R\$ 5,2 bilhões, conforme dados descritos no Informativo Conjuntural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), do Rio Grande do Sul – estado no qual, indubitavelmente, a sinistralidade foi mais acentuada devido à seca.

Lá, o pagamento de sinistros, benefícios, resgates e sorteios para o seguro rural, como sinalizam os números conjunturais divulgados em julho pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), totalizou, no acumulado até abril, um montante de R\$ 2,6 bilhões, com variação nominal de 1228,8%. O resultado mensal, de abril de 2022 comparado ao mesmo mês de 2021, apre-

sentou percentual ainda mais impressionante: quase 2000%.

O caos resulta de uma indesejável combinação climática, explicam especialistas e agricultores, como o diretor vice-presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) e coordenador da Comissão de Infraestrutura e Logística da entidade, o agrônomo Fábio Avancini Rodrigues, que representa a sexta geração de uma família de produtores rurais do interior gaúcho.

“Sou agrônomo formado há 36 anos. Tenho alguma estrada, mas não me lembro de nada parecido. A metade norte do Estado, onde há mais lavouras de soja, foi atingida em cheio. Não me lembro de algo assim”, lamenta Avancini. As perdas mais acentuadas, afirma, foram presenciadas nas plantações de milho. “Foi violenta mesmo”, diz o agrônomo.

Os produtores gaúchos colheram metade da lavoura de soja projetada, que era em torno de 19 milhões de toneladas. “É uma puxada na soja



“Sou agrônomo há 36 anos. Tenho alguma estrada, mas não me lembro de nada parecido. A metade norte do Estado, onde há mais lavouras de soja, foi atingida em cheio.”

Fábio Avancini, Farsul

muito grande tanto para o produtor rural, quanto para o desenvolvimento estadual”, ressalta Avancini, questionando uma ação movida pelo Ministério Público (MP) que, segundo o agrônomo, consiste na interpretação livre do Código Ambiental Brasileiro e cujo resultado é a limitação das condições de irrigação e de reserva de água no solo, o que, argumenta o agrônomo, ajudaria a proteger as lavouras de estiagens mais longas.

A *Revista de Seguros* apurou, entretanto, que não há impedimento por parte do MP e dos órgãos licenciadores e nem por regulamentação estadual para o armazenamento de água nas propriedades rurais do Rio Grande do Sul. Há, no entanto, ressalvas contidas no Código Florestal Brasileiro.

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do MP/RS e promotor de Justiça do órgão, Daniel Martini esclarece que não há lei ou norma que proíba a atividade de armazenamento de água no Estado, mas frisa que a questão principal do debate se concentra

em pedidos de agricultores para armazenamento de água em áreas de preservação permanente.

“Essas áreas, segundo o artigo quarto do Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651), de 2012, servem para restritas hipóteses de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais e de baixo impacto arroladas na própria Lei. E, dentre essas atividades, não constam o armazenamento de água, a construção de açudes que, portanto, devem ser construídos fora de áreas de preservação permanente (APP), segundo o próprio Código Florestal Brasileiro”, observa Martini.

O promotor aponta outro aspecto acerca do armazenamento de água no chamado “bioma pampa”, que ocupa cerca de 65% do território gaúcho, no qual há um conflito sobre as chamadas áreas rurais consolidadas por atividade de pastoreio. “Nessas áreas do bioma pampa, não há necessidade de armazenar água em APP, mas fora delas, o que é perfeitamente viável. Entretanto, uma decisão judicial determinou que, para qualquer

atividade passível de licenciamento nas áreas rurais, é preciso que o proprietário tenha preenchido corretamente o cadastro ambiental rural (CAR). Portanto não há nenhuma exigência adicional ao que prevê a própria legislação”, afirma Martini.

VOZES DO CLIMA

Independentemente do debate acerca da estocagem de água no Estado, o agrometeorologista e sócio-fundador da Rural Clima, Marco Antonio dos Santos, recomenda ao produtor agrícola, para se defender de estiagens causticantes, fazer um perfil de solo que retenha mais água e por mais tempo.

“O principal é fazer com que a caixa d’água, que é o solo, retenha mais água por mais tempo.



“Uma decisão judicial determina que, para qualquer atividade passível de licenciamento nas áreas rurais, é preciso que o proprietário tenha preenchido corretamente o cadastro ambiental rural.”

Daniel Martini, promotor do MP/RS

O produtor tem que procurar variedades que se adaptem melhor à sua realidade, com ciclo mais longo ou curto”, sugere Santos, que alerta: devido à ansiedade para o emprego de várias safras, muitos produtores atropelam calendários agrícolas, ignorando, portanto, o clima dos meses.

Meteorologista do Sistema de Monitoramento e Alertas Agroclimáticos da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, Flávio Varone também atribui a estiagem mais prolongada e intensa ao fenômeno La Niña, que retirou muita umidade da região Sul.

“Dezembro foi um mês bastante seco. Em algumas áreas praticamente não choveu e, em outras, não houve registro de chuvas significativas. Por outro lado, na área mais ao litoral, próxima à



“O principal é fazer com que a caixa d’água, que é o solo, retenha mais água por mais tempo. O produtor tem que procurar variedades que se adaptem melhor à sua realidade, com ciclo mais longo ou curto.”

Marco Antonio dos Santos, Rural Clima

Lagoa dos Patos, não houve chuva em abundância, mas a distribuição favoreceu bastante a produção naquela região”, informa Varone.

O setor de seguros também sentiu fortemente os efeitos da recente estiagem, como descreve o presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros do Rio Grande do Sul (Sincor-RS), André Thozeski. “Como tivemos várias frustrações de safras nos últimos anos, por conta das secas de anos anteriores na região, o mercado segurador está muito mais cauteloso com a ocorrência dos riscos assumidos”, explica.

IMPACTOS NO SEGURO

Quanto à movimentação do seguro transportes nos três estados da região Sul, os números



“Dezembro foi um mês bastante seco. Em algumas áreas praticamente não choveu e, em outras, não houve registro de chuvas significativas. No litoral, a distribuição favoreceu bastante a produção.”

Flávio Varone, Secretaria de Agricultura do RS

mostram que a carteira evoluiu, embora diante da crise provocada pela intensa estiagem, como indica o relatório da CNseg. Na variação nominal mensal, de janeiro a abril deste ano, a contratação de apólices de transporte cresceu 17,6% no Rio Grande do Sul (arrecadação de R\$ 79 milhões), 28% em Santa Catarina (R\$ 103 milhões) e 53% no Paraná (R\$ 162 milhões).

O resultado mais recuado do mercado gaúcho é reflexo evidente do impacto da seca iniciada no final de 2021. Mas a estiagem não freou o seguro de transportes na comparação de abril deste ano com o mesmo mês do ano passado. A carteira evoluiu 4,7% no mercado gaúcho, 22,4% no catarinense e 117,5% no paranaense. Os três estados demonstram recuperação após o amargo começo de ano.



“Como tivemos várias frustrações de safras nos últimos anos, por conta das secas de anos anteriores na região, o mercado segurador está muito mais cauteloso com a ocorrência dos riscos assumidos.”

André Thozeski, Sincor-RS

A 7ª edição do Relatório Fretebras sobre o transporte rodoviário de cargas registrou aumento de 36,8% no volume de fretes cadastrados na plataforma *online* no primeiro trimestre, em comparação ao resultado de igual período de 2021. Com alta de 10,2%, a região Sul foi decisiva para esse crescimento. Cerca de 2,2 milhões de fretes foram registrados no primeiro trimestre de 2022, em todo o Brasil.

O relatório revela que 37% das cargas registradas na plataforma da Fretebras entre janeiro e março, têm origem no agronegócio, que movimentou cerca de R\$ 6,7 bilhões em fretes no período. O estado que concentrou a maior parte das viagens desse segmento foi o Rio Grande do Sul (15,7%), com destaque para trigo, milho e fertilizantes. O Paraná (11,3%) aparece em quinto na lista, com fertilizantes, soja e milho.

No agronegócio, a rota com mais movimentações de cargas por meio da plataforma *online* no primeiro trimestre de 2022 foi entre as gaúchas São Borja e Rio Grande, com 1.453 fretes, e o principal produto transportado entre as duas cidades foi o trigo, que também se projetou no porto de Rio Grande, com um surpreendente aumento de 11.000%, totalizando 18.627 fretes nos dois primeiros meses do ano.

A confirmação de que o transporte de cargas na Região Sul manteve-se ativo mesmo com a estiagem podem ser conferidos nos indicadores do primeiro semestre anotados pela plataforma Fretebras. Confrontando as variações do primeiro semestre deste ano com as do ano passado, o total de fretes do Rio Grande do Sul, segundo a plataforma, cresceu 30%, enquanto o do Paraná evoluiu 16,5% e o de Santa Catarina, 12,5%.

Restringindo-se aos fretes do agronegócio com origem na região, houve aumento de 18%, quando comparado os primeiros semestres deste ano e de 2021. Mas houve retração de pelo menos uma *commodity*. A queda da produção local de soja, como informa a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), foi de 10%. Consequentemente, houve também redução de fretes para esse insumo da ordem de 7%, como sinaliza a Fretebras. Com safras recordes, o milho e o trigo pegaram a mão inversa da crise. Os fretes das duas commodities cadastrados na plataforma *online* cresceram 23% e 191%, respectivamente.

PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES

O presidente do Sindicato das Seguradoras do Rio Grande do Sul (Sindseg RS), Guilherme Bini afirma que há uma mobilização das seguradoras locais para atender os segurados com o máximo de presteza.

“Os produtores não ficarão sem as indenizações e o prazo um pouco mais estendido é em razão do aumento do volume dos avisos de sinistros. Todas as seguradoras estão se desdobrando para cumprir tarefas para tentar liquidar os sinistros da forma mais rápida possível”, confirma Bini, reforçando a participação do resseguro em todas as operações de mercado.



“Todas as seguradoras estão se desdobrando para cumprir tarefas para tentar liquidar os sinistros da forma mais rápida possível.”

Guilherme Bini, Sindseg RS

PARA GOVERNO, SECURITIZAÇÃO ELIMINA GARGALO DO SETOR DE SEGUROS

Segundo o Ministério da Economia, o novo marco de securitização visa diversificar fontes e reduzir custos de financiamento das empresas

O Congresso aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 15/22 — originário da Medida Provisória (MP) nº 1.103/22 — que estabelece o marco regulatório das companhias securitizadoras e cria a Letra de Risco de Seguro (LRS), um título de crédito transferível e de livre negociação. A nova lei terá forte impacto no mercado segurador. Segundo o Governo, esse novo instrumento financeiro vai ajudar a diminuir um gargalo grande para o setor, trazendo disponibilidade de recursos garantidores para ampliação da oferta de seguros.

“No Brasil, boa parte dos ativos garantidores e reservas técnicas, não relacionados à acumula-

ção e necessários para suprir as coberturas devido à ocorrência dos sinistros, ainda é provisionada através de capital próprio ou de terceiros, como empréstimos. De tal modo que há limitação de recursos nessa forma de captação, pois o custo de capital é elevado”, acentuou o Ministério da Economia, em resposta aos questionamentos enviados pela *Revista de Seguros*.

De acordo com a pasta, a LRS, por ser emitida por uma Sociedade Seguradora de Propósito Específico — cuja obrigação é a emissão da letra de forma que haja independência patrimonial entre suas operações e em que o ativo e o passivo a ser coberto nessas operações sejam paritários —, traz não somente uma nova modalidade de

captação de recursos no mercado, como uma forma possivelmente mais barata de captação, principalmente no momento que a taxa básica de juros estiver mais baixa.

Assim, os ativos obtidos através de uma LRS poderão ser aplicados em ativos de baixo risco de mercado e de liquidez condizente com as operações de risco que devem ser provisionadas, a exemplo de títulos públicos federais.

“Para o setor de seguros, a LRS pode ser um instrumento capaz de alavancar os negócios de grandes riscos no País que, em geral, dependem de provisões elevadas para esses negócios. Já para o investidor, será um instrumento adicional que, por estar vinculado a riscos não relacionados à

atividade econômica necessariamente, possa ser utilizado para compor carteiras de investimentos no intuito de diminuir a volatilidade”, projeta o Ministério da Economia.

Em linhas gerais, ainda de acordo com o Ministério, o novo marco de securitização visa diversificar fontes e reduzir custos de financiamento das empresas. Dessa forma, os agentes econômicos terão seus custos de captação reduzidos quando comparados com os valores do mercado bancário tradicional, pois poderão captar recursos por meio de operações de securitização, sem a necessidade da intermediação financeira.

FLEXIBILIZAÇÃO

Hoje, a cessão dos direitos creditórios que não sejam dos segmentos imobiliários ou agrícolas depende em larga medida dos Fundos de Direitos Creditórios (FDIC), que contam com uma estrutura de governança mais cara e complexa do que a emissão de Certificados de Recebíveis, que poderão oferecer novas possibilidades aos diversos setores da economia.

Outro ponto importante é que a nova lei vai flexibilizar a exigência de a prestação de serviços de escrituração e de custódia de valores mobiliários ser realizada exclusivamente por pessoa jurídica, classificada como instituição financeira.

Para o Governo, essa flexibilização pode ampliar o acesso ao mercado de capitais e fomentar a inclusão financeira. “Essas atividades já não eram consideradas atividades típicas de instituição financeira, de acordo com a Lei nº 4.595/64. Nesse sentido, a flexibilização da exigência de que a prestação de serviços de escrituração e de custódia de valores mobiliários possa se dar por outras instituições, além delas, é parte importante do novo marco de securitização”, aponta o Ministério da Economia.

“O mercado de escrituração é um dos mais concentrados do mercado de capitais. Assim, a flexibilização favorece a concorrência, promovendo maior eficiência e redução de preço para os usuários”, continua a nota do Ministério, destacando ainda que a autorização não se dará de forma automática, dependendo de análise pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

“Para o setor de seguros, a LRS pode ser um instrumento capaz de alavancar os negócios de grandes riscos no País que, em geral, dependem de provisões elevadas para esses negócios. Já para o investidor, será um instrumento adicional.”

Ministério da Economia

“A flexibilização da exigência de que a prestação de serviços de escrituração e de custódia de valores mobiliários possa se dar por outras instituições, além delas, é parte importante do novo marco de securitização.”

Ministério da Economia

Além disso, o Governo aposta que essa flexibilização promoverá a adoção de novas tecnologias, sobretudo por meio de inovações e da realização de testes no âmbito do Sandbox Regulatório, por parte de empresas com modelos de negócios inovadores.

Em relação ao risco de falência ou insolvência, é importante destacar que a nova lei estabelece que as securitizadoras terão um patrimônio separado para cada operação que fizerem. Em caso de quebra da companhia, os créditos securitizados não farão parte da massa falida, preservando os investidores.

Para o Governo, nesse contexto, a possibilidade de captação de recursos no exterior será muito importante para atração de recursos para investimentos, contribuindo assim para a retomada econômica, tendo em vista que essa alternativa só estava disponível para os Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

“Disciplinar a captação de recursos no exterior e situações de insolvência e falência mostram-se fundamentais para permitir que a expansão do setor se dê de forma segura, pois tanto os investidores quanto as companhias securitizadoras terão maior segurança jurídica para operar”, projeta o Ministério da Economia.

OTIMISMO

O mercado segurador também vê a medida com bons olhos. O presidente da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Antonio Trindade, por exemplo, afirma que a lei “é positiva” para os mercados de seguros e de capitais, uma vez que a emissão das Letras de Risco de Seguro viabiliza alternativas de transferência e de pulverização de riscos no mercado de seguros e resseguros.

“Os investidores ganharão um investimento diferenciado, com um risco/retorno atraente. O novo instrumento estreitará ainda mais os mercados de seguros e de capitais e permitirá uma atuação conjunta dos respectivos reguladores”, aponta Trindade.

Isso colocará o Brasil no mesmo nível dos mercados internacionais mais modernos. “O setor está maduro para atuar nesse segmento, por

meio das Sociedades Seguradoras de Propósito Específico (SSPE), que emitirão os títulos de crédito. De *expertise* e reservas técnicas o setor já dispõe”, pontua o presidente da FenSeg.

Trindade lembra que, apenas no ano passado, o volume de negócios do mercado de seguros representou cerca de 6,3% do PIB, ou seja, o setor tem lastro para ingressar nessa nova fase. Ele ressalta, contudo, que ainda é muito cedo para “prever o tempo necessário para concluir a adaptação para o novo cenário”.

Ainda assim, pela segurança jurídica proporcionada pela nova lei, ele acredita que surgirá uma nova forma de captação de recursos pelo mercado segurador. Sobre o volume de negócios



“Os investidores ganharão um investimento diferenciado, com um risco/retorno atraente. O novo instrumento estreitará ainda mais os mercados de seguros e de capitais e permitirá uma atuação conjunta dos respectivos reguladores.”

Antonio Trindade, FenSeg

que a atuação do setor nesse segmento pode gerar, Trindade diz que a FenSeg ainda não recebeu qualquer sinalização a respeito. “De todo modo, acredito que ainda seja cedo para fazer esse tipo de previsão”, ressalva.

● ● ●
PROPOSTAS

Antes de ser apreciada no Senado, a MP nº 1.103/2022 foi aprovada na Câmara (em 15 de junho) na forma de um substitutivo do relator, deputado Lucas Vergílio (Solidariedade-GO), que fez mudanças pontuais no texto original, incluindo, por exemplo, uma nova regulação para os corretores de seguros.



“Grandes tragédias recentes, como o rompimento de barragens e enchentes em diversos estados, demonstram a necessidade de um mercado de seguros estruturado para combater o efeito de catástrofes.”

Lucas Vergílio, deputado

Segundo ele, o marco da securitização viabilizará a consolidação do mercado de recebíveis, com efeitos diretos e indiretos em diversos setores da economia, incluindo o de seguros. “É uma demanda de longa data dos setores interessados”, lembra Vergílio.

Para ele, “grandes tragédias recentes, como o rompimento de barragens e enchentes em diversos estados, demonstram a necessidade de um mercado de seguros estruturado para combater o efeito de catástrofes”, diz o relator. O mesmo argumento foi utilizado pelo Governo para justificar a apresentação da Medida Provisória.

Nesse contexto, o Ministério da Economia ressalta, em resposta à *Revista de Seguros*, que a LRS é um instrumento pelo qual companhias seguradoras e resseguradores poderão pulverizar o risco de sinistros entre investidores do mercado de capitais. Lembra ainda que essa é uma modalidade já amplamente utilizada no exterior para o compartilhamento de riscos de seguros com investidores. “Por um lado, possibilitará a ampliação da oferta de seguros pelos agentes econômicos a um custo menor. Por outro, para os investidores, representa mais uma alternativa de investimento em renda fixa”.

Ainda de acordo com o relator, a criação e a regulamentação das LRS, por meio de uma SSPE, possibilitarão o aumento expressivo de captação de recursos — tanto de investidores nacionais quanto de estrangeiros — trazendo maior oferta e cobertura de grandes riscos.

“O que a lei estabelece é uma demanda de longa data dos setores interessados, uma vez que, ao aperfeiçoar a regulamentação, viabilizará o avanço da consolidação do mercado de crédito de recebíveis, com efeitos diretos e indiretos em diversos setores da economia”, salienta Vergílio.

Na visão dele, os instrumentos criados servirão ainda como importantes ferramentas de gestão de riscos, permitindo alcançar um conjunto mais diversificado de atividades econômicas. “As medidas adotadas tendem a reduzir o custo de assunção de riscos e, por consequência, resultarão na oferta de uma maior gama de serviços e produtos e condições mais favoráveis de crédito aos consumidores”, prevê o relator.



NOVA REGULAÇÃO PARA CORRETOR DE SEGUROS

No que se refere aos corretores de seguros, a lei estabelece nova regulamentação. Essas mudanças feitas pelo relator, deputado Lucas Vergílio, e aprovadas no Congresso Nacional, constam dos artigos 36 e 37 da nova lei.

O primeiro deles altera o Decreto-Lei nº 73/66 (que regulamenta o mercado de seguros). Os principais pontos são: a habilitação e o registro do corretor de seguros poderão ser feitos pelas entidades autorreguladoras de corretagem de seguros ou pela Susep; as comissões de corretagem somente poderão ser pagas aos profissionais devidamente habilitados, devendo ser informadas aos segurados quando solicitado; muda a relação de penalidades, que passam a ser advertência, multa, suspensão temporária e cancelamento do registro.

Já o artigo 37 altera a Lei nº 4.594/64 (que regula o exercício da profissão) listando as atribuições do corretor de seguros e estabelecendo que o interessado na obtenção do registro deverá comprovar não ter sido condenado por crimes nos cinco anos anteriores ao pedido (antes não havia um prazo fixado).

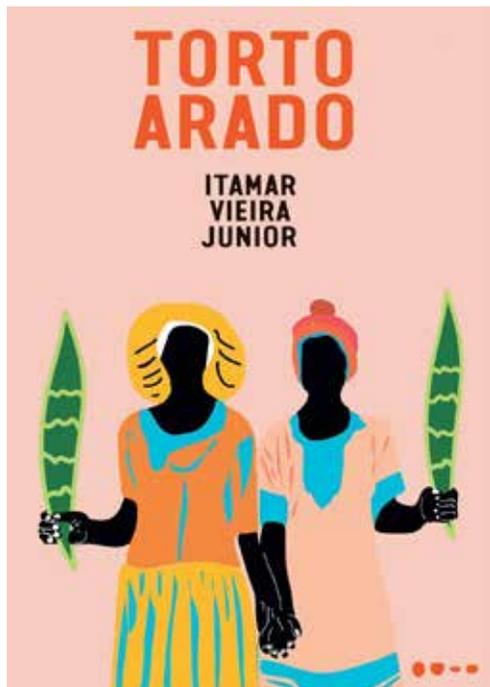
Esse artigo determina ainda que somente ao corretor devidamente habilitado e que houver assinado a proposta deverão ser pagas as corretagens pactuadas para cada modalidade de seguro, inclusive em caso de ajustamento de prêmios, e que a esses profissionais não poderá ser atribuído nenhum custo administrativo da seguradora decorrente de propostas, mesmo as não efetivadas.

SECURITIZAÇÃO TRANSFORMA DÍVIDAS EM TÍTULOS DE CRÉDITOS NEGOCIÁVEIS

A nova lei regulamenta a securitização que, em linhas gerais, permite a transformação de dívidas em títulos de créditos negociáveis. Até agora, as regras para a securitização estavam dispersas em várias leis.

Vejam outros termos que vieram à tona com a lei:

- **Securitizadoras:** são empresas não financeiras especializadas em colocar no mercado os títulos representativos de direitos de créditos a receber.
- **CRs (Certificados de Recebíveis):** são comprados por investidores que recebem remuneração em troca. Até agora, a legislação contemplava apenas a emissão de Certificados Imobiliários (CRI) e do Agronegócio (CRA). Os CRs serão formalizados por meio de um termo de securitização com várias informações, como cláusulas de correção por variação cambial, se houver; remuneração por taxa de juros fixa, flutuante ou variável; hipóteses de troca de companhia securitizadora; garantias fidejussórias ou reais de amortização, se houver; além de outras regras.
- **SSPE:** empresas que atuam no mercado de riscos de seguros, previdência complementar, saúde complementar, de resseguro (seguro para seguradoras) ou de retrocessão (desapropriação efetuada pelo Poder Público). O Governo espera que haja um aumento expressivo de captação de recursos, tanto de investidores nacionais, quanto de estrangeiros, trazendo maior oferta e cobertura de grandes riscos.



TORTO ARADO

Autor: Itamar Vieira Junior
Editora: Todavia
Edição – 2019

Opinião

Maria Stella Gregori,
*Advogada, Professora de Direito do Consumidor da PUC/SP,
Diretora do Brasilcon*

Claro que o interesse pelo livro se deu, inicialmente, pela sua repercussão na mídia e por ter sido escrito por um novato autor. O texto é de linguagem clara, e a trama desperta curiosidade, o que leva à leitura rápida e ininterrupta. O livro descreve uma história antiga dramática romanceada, vivida na Bahia, que reverbera aos tempos atuais. Narra a vida de uma família de trabalhadores negros no campo, explorados pelo dono da terra: alguns conformados com a vida que levam e outros inconformados, especialmente porque o acesso à educação aguçou a luta em prol dos direitos humanos para o seu povo. O livro assinala o racismo estrutural e a desigualdade social e econômica na história brasileira. “Torto Arado” arrebatou o leitor ao iluminar, no presente, personagens e cenários que nos consagram simbolicamente, despertando-o para a construção de um futuro melhor para toda a sociedade.

/// Sinopse

O livro “Torto Arado”, premiado pela LeYa, Oceanos e Jabuti, é um romance realista narrado no sertão baiano, na Chapada Diamantina. Descreve a história da família de Salustina Nicolau, parteira, e Zeca Chapéu Grande, descendente de escravos, trabalhador rural, curador e praticante da religião Jarê, junção de tradições africana, católica e espírita. Eles moram e trabalham na fazenda Água Negra. Duas de suas filhas, Belonísia e Bibiana, na infância, encontram uma faca escondida dentro de uma mala embaixo da cama da avó, a qual provoca um acidente e impossibilita uma delas de se comunicar para sempre, tornando a outra sua intérprete. Na adolescência, cada uma delas toma seu rumo: Belonísia segue os passos dos pais e permanece na fazenda, enquanto Bibiana ruma para a cidade, constitui nova família, torna-se professora e, mais tarde, retorna ao campo com o objetivo de conquistar uma vida melhor para seus conterrâneos. Destaque da escrita literária nacional “Torto Arado” descreve o Brasil de 50 ou 60 anos atrás, mas tão atual, estimulando o leitor a refletir sobre sua responsabilidade de melhorar o *status quo*.

O Futuro é Agora!

A velocidade das transformações digitais, sociais e ambientais tem exigido de nós profissionais novas atitudes e o uso cada vez mais intenso da tecnologia, em prol dos negócios e do talento humano.

Por isso, convidamos você a participar do **Prêmio de Inovação em Seguros 2022** e juntar-se aos profissionais que estão redefinindo o futuro do nosso Setor.

Inscrições gratuitas:
premioseguro.com.br





2^a
TURMA!

Certificação **Avançada** em **insurtechs**

Desbrave um **novo mundo** de possibilidades criado pelas tecnologias disruptivas.

Uma grande transformação está em curso, demandando profissionais aptos a liderarem os processos de inovação. Com essa certificação exclusiva, você fará parte de um grupo seleta, qualificado para criar o futuro do mercado segurador.

On-line | Ao vivo | Início em: **15 ago**

Samy Hazan



Coordenador

Camila Calais



E muitos outros professores de destaque no mercado!

Angelica Carlini



Marcos Couto



insurtech.ens.edu.br



DÚVIDAS E INFORMAÇÕES:

☎ (11) 2739-1036

✉ inscricao@ens.edu.br



A sua Escola
de Negócios
e Seguros.